

DIÁLOGO GLOBAL ^{5.3}

4 edições por ano em 16 idiomas

Poder e princípio

Walden Bello

Ciências sociais e democracia

Dipankar Gupta

Simpósio sobre o trabalho de *care*

Brigitte Aulenbacher, Michael Fine, Hildegard Theobald, Yayoi Saito, Roland Atzmüller, Almut Bachinger, Fabienne Décieux, Birgit Riegraf, Monica Budowski, Sebastian Schief, Daniel Vera Rojas, Elena Moore e Jeremy Seekings

Sociologia hoje

- > **Novas direções na sociologia russa**
- > **Aventuras na sociologia tcheca**
- > **Políticas trabalhistas chinesas**
- > **Programa para as ciências sociais em escala mundial**
- > **Profissões em uma perspectiva internacional**
- > **Obrigado, Nacho!**

REVISTA

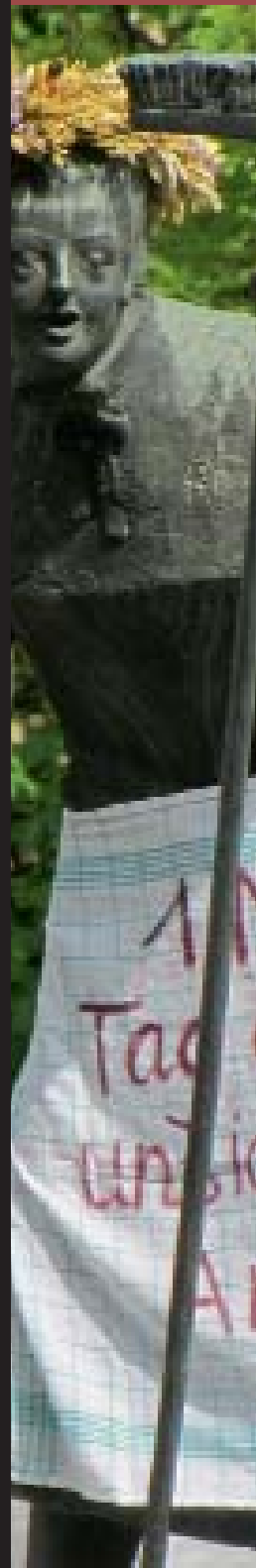


International
Sociological
Association



VOLUME 5 / EDIÇÃO 3 / SETEMBRO 2015
<http://isa-global-dialogue.net>

DG



> Editorial

Sendo público, sendo comparativo

Esta edição se inicia com dois ensaios da Ásia – um das Filipinas e outro da Índia –, escritos por ilustres intelectuais públicos. Walden Bello segue a linha de sociólogos que entraram para a política. Por exemplo, a *Diálogo Global* entrevistou Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente do Brasil (DG3.4), e Nicolás Lynch, ex-Ministro da Educação no Peru (DG4.2). Bello descreve as tensões e os compromissos envolvidos na representação do partido de oposição filipino, Akbayan, no parlamento. Autor importante no desenvolvimento mundial, Bello teve uma longa história de corajosas intervenções, desde atacar o Banco Mundial em razão de suas colaborações com a ditadura de Marcos, até expor as atrocidades do Partido Comunista Filipino, enquanto ele próprio era membro. Já o sociólogo indiano Dipankar Gupta, é um outro tipo de intelectual público – um estudioso prolífico e, ao mesmo tempo, membro proeminente das principais organizações de desenvolvimento e das comissões nacionais, que o levaram para mais próximo dos centros de poder. Aqui, ele explora a estreita conexão entre democracia e ciências sociais.

O que se segue a essas investigações acerca do engajamento público é um simpósio sobre um dos problemas mais prementes de nosso tempo – mesmo que a sociologia tenha sido lenta para investir seus interesses –, a organização do trabalho de cuidado. Reunidos pela incansável Brigitte Aulenbacher, os artigos comparam as pressões pela mercantilização do trabalho de cuidado na infância e na velhice em países como Áustria, Alemanha, Suécia, Japão, Espanha, Austrália, Chile, Costa Rica e África do Sul. É bom ver comitês de pesquisa da ISA nutrirem investigações comparativas importantes como essas.

Dois ensaios de jovens pesquisadores apontam para novos rumos da sociologia russa. O Laboratório de Sociologia Pública, em São Petersburgo, desafia duas convenções vigentes – o “instrumentalismo” da pesquisa política encomendada pelo estado ou por clientes corporativos e o “autonomismo” de profissionais, que debandam para a obscuridade privada. O *Laboratório de Sociologia Pública* prossegue, nesse sentido, seguir uma terceira via de engajamento crítico, construindo parcerias com a sociedade civil, sem sacrificar, no entanto, o rigor científico. A segunda contribuição russa é um ensaio fotográfico de um bairro de São Petersburgo, que ainda exhibe a arquitetura socialista do início da era soviética. O tempo é fértil para essa nova geração de sociólogos prontos para recuperar a imaginação que impulsionou a maior e mais trágica experiência social do século XX.

Temos três contribuições interessantes da República Tcheca – um estudo sobre as babás [au pairs] tchecas na Inglaterra, uma exposição pública acerca da migração cigana e os dilemas da educação escolar doméstica [homeschooling]. Oferecemos, ainda, colunas especiais sobre o sindicalismo na China, um estudo comparativo de profissões e uma análise do novo programa para a promoção das ciências sociais em escala global. Finalmente, despedimo-nos com emoção de José Ignacio Reguera, aka Nacho, que foi um pilar no escritório da ISA durante três décadas, levando-nos, com sua calma, para a era digital do século XXI. Ao mesmo tempo, damos as boas-vindas à equipe editorial da Indonésia, que produzirá a *Diálogo Global* em seu 16º idioma.

- > **A *Diálogo Global* pode ser encontrada em 16 idiomas no [website da ISA](#)**
- > **Submissões devem ser enviadas para burawoy@berkeley.edu**



Walden Bello, Sociólogo filipino de renome internacional, reflete sobre os desafios e decepções de sua participação na política, e explica por que ele se demitiu do parlamento.



Dipankar Gupta, renomado sociólogo indiano e intelectual público, examina as ligações entre a ciência social e a democracia.



Brigitte Aulenbacher, socióloga austríaca de referência, reúne relatos de pesquisas sobre o trabalho de care ao redor do mundo.



A *Diálogo Global* é possível graças à generosa contribuição da SAGE Publications.

> Editorial

Editor: Michael Burawoy.

Editor Associado: Gay Seidman.

Editores Executivos: Lola Busuttil, August Bagà.

Conselho Editorial:

Margaret Abraham, Markus Schulz, Sari Hanafi, Vineeta Sinha, Benjamin Tejerina, Rosemary Barbaret, Izabela Barlinska, Dilek Cindoğlu, Filomin Gutierrez, John Holmwood, Guillermina Jasso, Kalpana Kannabiran, Marina Kurkchian, Simon Mapadimeng, Abdul-mumin Sa'ad, Ayse Saktanber, Celi Scalón, Sawako Shirahase, Grazyna Skapska, Evangelia Tastsoglou, Chin-Chun Yi, Elena Zdravomyslova.

Editores Regionais

Mundo Árabe:

Sari Hanafi, Mounir Saidani.

Brasil:

Gustavo Taniguti, Andreza Galli, Ângelo Martins Júnior, Lucas Amaral, Rafael de Souza, Benno Alves, Julio Davies.

Colômbia:

María José Álvarez Rivadulla, Sebastián Villamizar Santamaría, Andrés Castro Araújo.

Índia:

Ishwar Modi, Rashmi Jain, Pragya Sharma, Jyoti Sidana, Nidhi Bansal, Pankaj Bhatnagar.

Indonésia:

Kamanto Sunarto, Hari Nugroho, Lucia Ratih Kusumadewi, Fina Itriayati, Indera Ratna Irawati Pattinasarany, Benedictus Hari Juliawan, Mohamad Shohibuddin, Dominggus Elcid Li, Antonius Ario Seto Hardjana.

Irã:

Reyhaneh Javadi, Abdolkarim Bastani, Niayesh Dolati, Mohsen Rajabi, Faezeh Esmaili, Vahid Lenjanzade.

Japão:

Satomi Yamamoto, Masahiro Matsuda, Fuma Sekiguchi, Taiki Hatono, Hidemaro Inouye, Shinsa Kameo, Kanako Mataka, Shuhei Matsuo, Kaho Miyahara, Noriko Nishimori, Shintaro Oku, Fumito Sakuragi, Yutaro Shimokawa, Mayu Shiota, Masaya Usui, Tomo Watanabe.

Casaquistão:

Aigul Zabirowa, Bayan Smagambet, Gulim Dosanova, Daurenbek Kuleimenov, Ramazan Salykzhanov, Adil Rodionov, Nurlan Baygaby, Gani Madi, Galimzhanova Zhulduz.

Polónia:

Jakub Barszczewski, Mariusz Finkielsztejn, Weronika Gawarska, Krzysztof Gubański, Kinga Jakiela, Justyna Kościńska, Martyna Maciuch, Karolina Mikołajewska-Zajac, Adam Müller, Zofia Penza, Teresa Teleżyńska, Anna Wandzel, Justyna Zielińska, Jacek Zych.

Romania:

Cosima Rughiniş, Corina Brăgaru, Costinel Anuţa, Adriana Bondor, Ramona Cantaragiu, Alexandru Duţu, Irina Cristina Făinaru, Ana-Maria Ilieş, Ruxandra Iordache, Gabriela Ivan, Mihai-Bogdan Marian, Anca Mihai, Adelina Moroşanu, Monica Nădrag, Radu Năforniţă, Oana-Elena Negrea, Elisabeta Toma, Elena Tudor.

Rússia:

Elena Zdravomyslova, Lubov Chernyshova, Anastasiya Golovneva, Anna Kadnikova, Asja Voronkova.

Taiwan:

Jing-Mao Ho.

Turquia:

Gül Çorbacioğlu, Irmak Evren.

Consultor de mídia: Gustavo Taniguti.

Consultora Editorial: Ana Villarreal.

> Nesta Edição

Editorial: Sendo público, sendo comparativo	2
Poder e princípio: as vicissitudes de um sociólogo no parlamento	
Por Walden Bello, Filipinas	4
Ciências sociais e democracia: uma afinidade eletiva	
Por Dipankar Gupta, Índia	8

> SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE O TRABALHO DE CUIDADO

Perspectivas globais sobre o trabalho de cuidado	
Por Brigitte Aulenbacher, Áustria	11
Reconstruindo o cuidado como um mercado na Austrália	
Por Michael D. Fine, Austrália	13
Cuidado em longo prazo: Suécia e Japão comparados	
Por Hildegard Theobald, Alemanha e Yayoï Saito, Japão	15
A face da mudança no trabalho de cuidado na Áustria e na Alemanha	
Por Roland Atzmüller, Brigitte Aulenbacher, Almut Bachinger, Fabienne Décieux, Áustria e Birgit Riegraf, Alemanha	17
O trabalho de cuidado sob as condições precárias no Chile, Costa Rica e Espanha	
Por Monica Budowski, Suíça; Sebastian Schief, Suíça; W. Daniel Vera Rojas, Chile	20
Provendo cuidado na África do Sul	
Por Elena Moore e Jeremy Seekings, África do Sul	22

> NOVAS DIREÇÕES NA SOCIOLOGIA RUSSA

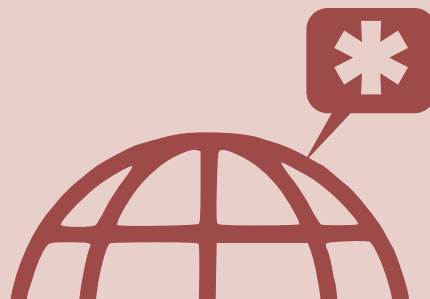
Sociologia em um ambiente hostil	
Por Laboratório de Sociologia Pública, Rússia	24
Ensaio fotográfico: imaginários socialistas na primeira arquitetura soviética	
Por Natalia Tregubova e Valentin Starikov, Rússia	26

> AVENTURAS NA SOCIOLOGIA TCHECA

A migração de babás como rito de passagem	
Por Zuzana Sekeráková Búriková, República Tcheca	29
Educação escolar doméstica: liberdade e controle na educação tcheca	
Por Irena Kašparová, República Tcheca	31
Relembrando trabalhadores ciganos na República Tcheca	
Por Kateřina Sidiropulu Janků, República Tcheca	33

> COLUNAS ESPECIAIS

Notas de campo: a mudança de panorama nas políticas trabalhistas chinesas	
Por Lefeng Lin, EUA	35
Forjando um programa para as ciências sociais em escala mundial	
Por Ercüment Çelik, Alemanha	37
As profissões em uma perspectiva internacional: abrindo a caixa	
Por Ellen Kuhlmann, Sweden; Tuba Agartan, EUA; Debby Bonnin, África do Sul; Javier Pablo Hermo, Argentina; Elena Iarskaia-Smirnova, Rússia; Monika Lengauer, Alemanha; Shaun Ruggunan, África do Sul; Virendra P. Singh, Índia	39
Obrigado, Nacho!	
Por Izabela Barlinska, Espanha	41



> Poder e Princípio: as vicissitudes de um sociólogo no parlamento

Por **Walden Bello**, Professor Emérito da Universidade das Filipinas em Diliman, e ex-membro da Câmara dos Deputados das Filipinas, 2009-15



Walden Bello é um sociólogo filipino de estatura internacional, um pesquisador e intelectual público. Publicou livros importantes sobre desenvolvimento e política, como *Anti-Development State* (2004), *Food Wars* (2009) e, mais recentemente, *Capitalism's Last Stand? Deglobalization in the Age of Austerity* (2013). Além de professor na Universidade das Filipinas, já dirigiu o *Institute for Food and Development Policy (Food First)*, entre 1990 e 1994, nos EUA, e foi o diretor fundador do instituto *Focus on the Global South*, com sede em Bangkok. É um colaborador regular em colunas de jornais de todo o mundo e tem sido destinatário de vários prêmios internacionais, incluindo o *Right Livelihood Prize* (também conhecido como “Prêmio Nobel Alternativo”) e o *Outstanding Scholar Award*, da *Associação de Estudos Internacionais*. Aqui, ele descreve suas experiências e dilemas enquanto sociólogo dentro da política – como principal representante do partido de oposição filipina, Akbayan, na Câmara dos Deputados do país. O professor Bello foi um dos oradores da sessão plenária no Congresso Mundial da ISA, ocorrido em Yokohama, em julho de 2014. Uma versão completa do artigo pode ser encontrada na *Global Express*¹.

Walden Bello.



Na maior parte da minha vida, fui sociólogo e ativista. Em 1975, com um doutorado em sociologia recém obtido em Princeton, mergulhei em um ativismo de tempo integral, primeiro a fim de derrubar a ditadura de Marcos, nas Filipinas, enquanto membro da clandestina ala internacional da Frente Democrática Nacional; em seguida, como militante contra a globalização dirigida pelo mundo corporativista. De 1994 a 2009, ensinei sociologia na Universidade das Filipinas, em Diliman; em 2009, tornei-me deputado por um partido político progressista na Câmara dos Deputados das Filipinas.

O partido ao qual pertenço, Akbayan, forjou uma identidade progressiva de 1998 a 2009, expressando seu espírito de cruzada mediante algumas propostas no Congresso, incluindo o Projeto de Lei sobre a Saúde Reprodutiva, os esforços pela reforma agrária, certas iniciativas para acabar com a discriminação contra a comunidade LGBT, a extensão do direito de voto para filipinos no exterior, promoção da segurança de trabalhadores e introdução de habitação social para os pobres urbanos.

Em 2009, o partido debateu se iria apoiar ou não o candidato do Partido Liberal (PL) nas eleições presidenciais de 2010 – questão que mudou para se o candidato poderia ser invocado para levar a cabo um programa de reformas. Enquanto o candidato liberal provavelmente não promoveria a redistribuição da riqueza, a democracia participativa ou a defesa da soberania nacional, a maioria dos partidários de Akbayan acreditava que os liberais iriam apoiar a boa governança ou a anti-corrupção – uma exigência imperativa, tendo em conta os efeitos corrosivos da corrupção sobre nossa democracia.

Mas, ainda que a agenda anti-corrupção do PL tenha sido decisiva, nós também esperávamos um candidato liberal que olhasse favoravelmente para outras partes da nossa agenda, nomeadamente para a questão da saúde reprodutiva e da reforma agrária. Até 2010, o controverso e de longa data Projeto de Lei sobre Saúde Reprodutiva moveu-se para o centro do debate parlamentar, enquanto uma lei aprovada sobre reforma agrária – mais uma vez, uma das principais preocupações do meu partido – esperava sua implementação. Além disso, esperávamos ser capaz de impulsionar outras questões-chave, incluindo uma política externa independente; a revogação do ato de dotações automáticas que priorizasse o pagamento da dívida externa e interna; e a eliminação de medidas neoliberais no comércio, nas finanças e no investimento.

O candidato do PL, Benigno Simeon Aquino III (filho do icônico ex-presidente Corazon Aquino, martirizado Benigno Aquino), foi eleito presidente em 2010. Ao longo dos próximos cinco anos, como principal representante do Akbayan na Câmara, ganhei experiência em primeira mão a partir das oportunidades e restrições que a participação em uma coalizão dominada por liberais e políticos tradicionais oferece para um partido progressista.

> Vencer na Frente Cultural

Os progressistas filipinos têm buscado, já há algum tempo, um programa governamental de planejamento familiar, endereçado tanto para os mais pobres quanto para a saúde reprodutiva das mulheres. Até 2010, quando o novo governo tomou posse, meu partido e outros progressistas tinham mantido o Projeto de Lei sobre Saúde Reprodutiva na agenda legislativa por doze anos. Apesar da oposição feroz da poderosa Igreja Católica Romana, os progressistas haviam construído uma aliança multiclassista, de maneira a reformular a questão em termos de direitos reprodutivos e de saúde das mulheres. Tratava-se de um argumento de peso, implantado com habilidade não só em nível racional, mas também simbolicamente, por intermédio da disseminação estratégica de imagens de uma hierarquia totalmente masculina e um Congresso também predominantemente masculino controlando as escolhas das mulheres. Em 2012, tínhamos conduzido com sucesso a questão, em meio a uma instituição ideológica conservadora e parte da elite e da classe média que, normalmente, jazia sob sua influência. Com isso, o Projeto de Lei tornou-se lei.

> Reforma Agrária: as duras realidades de classe

A reforma agrária, no entanto, ilustra as dificuldades da política de coalizão, especialmente em torno de questões que tocam interesses de classe. Embora os esforços pela reforma agrária remontem ao início dos anos 1960 nas Filipinas, grandes desigualdades ainda persistem. Na década de 1970, o programa de reforma agrária da ditadura de Marcos enfrentou resistência dos proprietários de terra; foi, então, colocado em estado de espera. Depois da derrubada de Marcos, em 1986, o governo do presidente Corazon Aquino lançou um ambicioso projeto para redistribuir alguns dos 10,3 milhões de hectares, em parte como resposta à insurgência rural do Novo Exército Popular. No entanto, um Congresso dominado por proprietários de terra anexou lacunas na lei, limitando efetivamente os esforços de redistribuição de terras públicas – de modo a deixar as terras de propriedade privada *mais produtivas* intocadas.

Em meu primeiro ano no Congresso, o partido Akbayan, com sucesso, co-patrocinou uma nova lei de reforma agrária (CARPER), fornecendo fundos suficientes para a aquisição de terras e preenchendo as lacunas legais. O projeto de lei foi aprovado porque o número de grandes proprietários de terras no Congresso havia diminuído significativamente, enquanto que, ao mesmo tempo, um movimento popular pela justiça agrária tinha voltado à tona, insuflado por um bando de camponeses que marchou 1.700 km, desde a ilha de Mindanao até o palácio presidencial.

Mas, ainda que uma lei forte fosse aprovada, seria preciso uma vontade política para sua execução. Desde a aprovação da lei, negligência presidencial e falta de vontade para enfrentar os grandes proprietários têm deixado intocados cerca de 700.000 hectares elegíveis – em sua maioria, de propriedade privada, incluindo algumas das melhores terras



agrícolas do país. A reforma agrária está parada, frustrada pela resistência dos proprietários, pela negligência presidencial e pela timidez burocrática. A recusa do presidente reformista em demitir o tímido e incompetente oficial encarregado pela reforma agrária, somada à atitude indiferente do presidente no que tange à mudança, foram fatores que estiveram por trás de minha renúncia, em março de 2015.

> O desastre da boa governança

Permitam-me, finalmente, voltar à experiência do meu partido na defesa de uma boa governança. A promessa de que a administração do Partido Liberal seria séria em relação ao combate à corrupção foi o principal motivo de Akbayan em se juntar à coalizão pela reforma em 2010. Cinco anos mais tarde, foi esse o problema que levou à minha demissão.

Os primeiros anos da administração de Aquino foram marcados por uma campanha pela boa governança. Como principal representante de Akbayan no Congresso, foi emocionante ser parte desse esforço de reformas, incluindo a acusação à ex-presidente, Gloria Macapagal Arroyo, de corrupção generalizada. As eleições de maio de 2013 foram interpretadas por muitos, inclusive por mim, como um voto de confiança na administração liberal.

Mas a lua de mel não durou muito. O sistema político filipino tem uma instituição chamada “*pork barrel*” ou “Fundo Prioritário de Assistência ao Desenvolvimento” (FPAD), herdo do período colonial norte-americano, através do qual o Presidente pode atribuir um montante específico para cada membro do Congresso a ser usado para projetos durante seu mandato. Logo depois, soubemos que um agente político qualificado, Janet Lim-Napoles, tinha criado organizações falsas pelas quais os legisladores puderam canalizar fundos do FPAD – destinados a projetos de desenvolvimento e serviços sociais – para si, com Napoles tomando uma fatia por seus serviços. O “golpe Napoles” provocou repulsa generalizada e muitos apelos para se eliminar o FPAD. Eu acreditava, firmemente, que meu partido deveria seguir atrelado aos seus princípios, juntar-se ao clamor para abolir o FPAD e recusar-se a recorrer aos montantes atribuídos para o partido pelo presidente – mas, para minha consternação, minha proposta foi duramente derrotada durante uma reunião de lideranças.

Logo depois, outro escândalo irrompeu, um fundo de suborno presidencial secreto bilionário, sobre o Programa de Aceleração do Desembolso. Com a manipulação irresponsável, não transparente e imprudente de fundos públicos, a administração estava envolvida no mesmo tipo de comportamento que tinha acusado a administração anterior. Quando a Suprema Corte determinou o programa como sendo inconstitucional, já era tempo, eu senti, do Presidente tomar medidas decisivas.

No entanto, quando recorri ao meu partido para que pedisse que o presidente exigisse renúncias dos funcionários responsáveis envolvidos, alguns companheiros partidários discordaram, dizendo que isso só tornaria o presidente ainda mais inflexível – uma resposta fatalista, considerei,

indigno de um partido progressista. Chegando a lugar nenhum com a liderança do partido, eu escrevi, então, ao presidente diretamente, argumentando, como cidadão preocupado, que ele deveria demitir o Secretário do Orçamento por conta de “sua manipulação irresponsável dos fundos, sem nenhum senso de limites”. O programa, eu escrevi, criou “precisamente o tipo de patrocínio presidencial subversivo da separação de poderes que a Constituição queria evitar”, dando ao Poder Executivo influência financeira direta sobre os membros do Senado e da Câmara.

Minha carta aumentou as tensões dentro da liderança de Akbayan: a maioria dos membros argumentou que eu não tinha o direito de escrever ao Presidente como indivíduo. Foi-me dito que subordinar minhas opiniões pessoais à posição do partido era o preço paga para ser representante do mais alto nível do partido.

Na mesma época que os debates internos ao partido aconteciam, a administração experimentou um segundo desastre: em 25 de janeiro de 2015, uma missão anti-terrorista em Mindanao deu errado, resultando na morte de 44 membros da Força de Ação Especial da Polícia Nacional – juntamente com dezoito militantes da separatista Frente Moro de Libertação Islâmica, com a qual o governo estava, então, negociando um acordo de autonomia provisória.

A “incurção Mamasapano” exemplificou a má governança em três pontos. Primeiro, o presidente se recusou a assumir a responsabilidade por uma operação que tinha ele próprio havia ordenado, violando um princípio básico de liderança presidencial. Em segundo lugar, ilegalmente, ele cedeu o comando da operação a um comparsa na liderança da polícia nacional, que havia sido suspenso por acusações de corrupção pelo Advogado Geral da União. Em terceiro, ordenou a missão pensando nas prioridades norte-americanas, não das Filipinas – sabendo que um acidente poderia prejudicar as negociações de paz, tão cruciais. Em nome da boa governança, exigi que o presidente assumisse total responsabilidade pelo fiasco e revelasse todas as dimensões do ataque, especialmente o papel que os Estados Unidos tiveram.

Assim que montada a crise administrativa de autoridade, pedi que meu partido, Akbayan, pressionasse por reformas. Com o presidente em uma posição moral enfraquecida, argumentei que nós deveríamos pressioná-lo não só para aceitar a responsabilidade pelo ataque trágico, mas também para demitir funcionários corruptos, ineptos e imprudentes, revigorando, com efeito, o programa esfarrapado da boa governança. A liderança do partido recusou.

Incapaz de apoiar um presidente que se recusara a assumir a responsabilidade pela tragédia e que continuara a abrigar comparsas corruptos e ineptos, minha demissão como representante de Akbayan na Câmara dos Deputados era inevitável. Convencido, como estava, de que a liderança do partido estava errada, eu também percebi que não podia mais servir como deputado se não pudesse concordar com uma posição tão básica do partido, tal como seu apoio permanente ao Presidente. Portanto, ninguém me pediu pessoalmente para que me demitisse, mas o código de conduta



do partido era clara: por isso, renunciei em 19 de março de 2015.

> Lições básicas

Através desta narrativa, busquei destacar as lições que tirei ao advogar e perseguir três pontos: saúde reprodutiva, reforma agrária e boa governança.

A luta pela saúde reprodutiva ilustra a forma como questões culturais fornecem uma arena na qual a agenda progressista pode avançar, sobretudo por intermédio de cuidadosas estratégias discursivas e da construção de alianças. Na luta pelo planejamento familiar, as forças da saúde pró-reprodutivas foram capazes de criar divisões nas classes médias e altas, substituindo a narrativa de controle da população pelo discurso sobre os direitos reprodutivos das mulheres e criando espaço para a aprovação da lei, apesar da oposição fanática.

Já a experiência de reforma agrária nos lembra o quão difíceis são as investidas vitoriosas diretas sobre as estruturas de desigualdade em meio a um clima político não revolucionário. Embora as forças progressistas tenham conseguido forjar uma legislação poderosa, as estruturas de desigualdade agrária permanecem forte, mormente devido a uma combinação de negligência presidencial, timidez burocrática e resistência dos grandes proprietários de terras.

E, por fim, o terceiro exemplo, a luta pela boa governança, oferece um tesouro de lições, embora tenha exigido consequências pessoais e políticas bastante dolorosas. Uma lição

é de que as coalizões são dinâmicas: neste caso, uma aliança pela reforma pode evoluir para algo diferente. A segunda é que um partido progressista deve avaliar continuamente sua participação em coalizões. Qualquer partido tem interesses – incluindo cargos administrativos ou influência dentro de uma coalizão –, mas, às vezes, esses interesses podem entrar em conflito com seus valores fundamentais. Em tais momentos críticos, um partido de esquerda deve assegurar que os valores prevaleçam se quiser manter a sua integridade.

Uma terceira lição: de vez em quando, sérias diferenças de opinião podem surgir entre os partidos e seus representantes parlamentares. Nesses pontos, os progressistas devem seguir sua consciência, mesmo que isso signifique oposição à liderança de seu próprio partido. Ser progressista significa visar uma sociedade organizada em torno de igualdade, justiça, solidariedade e soberania – e ter um programa político para concretizar tal visão. Mas, significa, também, projetar uma postura ética e moral. Talvez, o sinal distintivo dos verdadeiros progressistas que se prendem a um cargo público é seu comportamento ético. Para mim, ser um progressista nos corredores do poder significa, acima de tudo, agarrar-me a princípios e valores, mesmo que isso signifique perder posição, posses ou a vida. ■

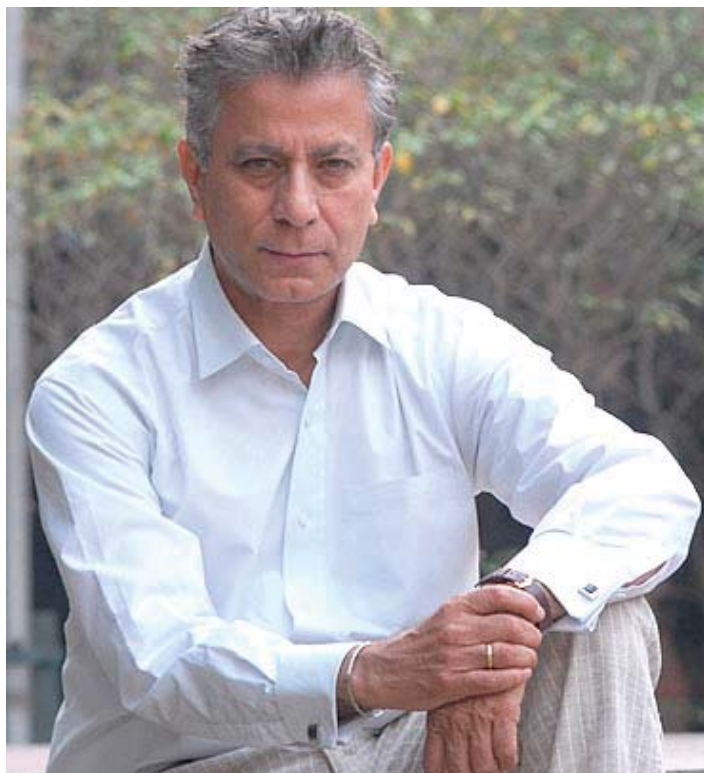
Contato com Walden Bello <waldenbello@yahoo.com>

¹ <http://isa-global-dialogue.net/power-and-principle-the-vicissitudes-of-a-sociologist-in-parliament-july-4-2015/>

> Ciência social e democracia

uma afinidade eletiva

Por **Dipankar Gupta**, Shiv Nadar University, Nova Déli, Índia¹



| Dipankar Gupta.

Dipankar Gupta é um distinto sociólogo indiano e importante intelectual público. Ele é professor e diretor do Centro de Assuntos Públicos e Teoria Crítica da Shiv Nadar University, em Nova Déli. Por quase três décadas, ensinou sociologia na Jawaharlal Nehru University. Autor e editor de dezoito livros, ele escreveu sobre uma vasta gama de temas relacionados com a transformação pós-colonial da Índia. Em seu livro mais recente, *Revolution from Above: India's Future and the Citizen Elite*, argumenta que a democracia avança por intermédio de intervenções de cima. Ele é um colunista regular no *The Times of India* e no *The Hindu*, e está envolvido em questões públicas, sobretudo por meio de sua participação em várias instituições, incluindo as diretorias do Banco Central da Índia e do Banco Nacional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. Foi professor visitante em Toronto, Paris e Londres, bem como membro sênior em diversas universidades dos EUA. Recebeu muitas honras e, entre elas, em 2010, foi premiado com o *Chevalier of the Order of Arts and Letters* pelo governo francês. Uma versão mais completa deste artigo pode ser encontrada na *Global Express*².

Vocês já se perguntaram por que as ciências sociais, incluindo a filosofia, floresceu apenas em sociedades democráticas? Alguns dos países mais ricos do mundo – Arábia Saudita, China e Rússia, por exemplo – fizeram grandes avanços nas ciências naturais, mas as ciências sociais encontram-se empobrecidas. China e Rússia podem combinar avanços na eletrônica, física, medicina, transporte, mas vacilam em sociologia, ciência política, economia e até mesmo em história. É somente nas democracias que as ciências sociais são ativamente perseguidas? E, em caso afirmativo, por quê?

Algumas pessoas têm argumentado que a aparente afinidade entre democracia e ciências sociais mascara um preconceito mais superficial – que uma possível conexão é, na verdade, produto de uma cultura ocidental específica. Então, poder-se-ia dizer que as ciências sociais só pareçam

ser culturalmente neutras quando, na verdade, estão confinadas às preocupações européias ou americanas? Muitos críticos não-ocidentais das ciências sociais promovem categorias nativas enquanto um corretivo que também expõe as pretensões universalistas das ciências sociais. Mas essa abordagem se esquece que as ciências sociais se desenvolveram apenas recentemente, mesmo na Europa e na América. E mais, esses sistemas de conhecimento foram novidades nessas partes do mundo, de modo a não desenharem nenhum dos seus poderes analíticos do medievo ou, mesmo, do medievo tardio europeu.

Antes da democracia, o contexto para a persecução das ciências sociais não existia. Nem havia esses tipos de dados disponíveis – itens básicos na sociologia moderna, na ciência política e na economia. As ciências sociais nasceram quando um novo contexto surgiu e quando um novo



conjunto de dados tornou-se relevante – um impulso duplo que, se considerados conjuntamente, impulsionaram o crescimento das ciências sociais.

Enquanto o conhecimento consistia em crenças proferidas desde cima, quer da igreja ou do estado, o secularismo estava fora de questão, na espreita, até que o indivíduo pudesse perguntar: “Antes de acreditar no que você diz, prove isso para mim”. Para as ciências sociais, o secularismo é fundamental, porque nós estudamos as pessoas em ação. As vidas não permanecem estáticas, porque os contextos são diferentes em todo o mundo e na história. As ciências naturais têm mais margem de manobra: a água sempre sacia a sede, os arcos do arco-íris no céu e o fogo trazem consigo fumaça e luz. Nenhum desses exige democracia, tampouco eles têm se alterado desde sua chegada. As ciências sociais são diferentes.

Para as ciências sociais, é relevante – não, essencial – enquadrar as observações com o entendimento de que o que os outros fazem impacta no “eu”, até mesmo o define. Esse aspecto, tão central hoje, não detinha validade ou peso no passado. Outrora, comunidades, grupos, redes de solidariedades, tribos, castas, parentesco de sangue e de afinidade viviam dentro de seus limites, mas não tinham os o que se chama hoje de sociedade. As interações regulares abrangentes através de fronteiras essenciais – objeto de investigação das ciências sociais – chegaram apenas recentemente na história humana. Com o advento da sociedade, não é mais possível permanecer firmemente ligados dentro de grupos pré-existentes: a consciência do “outro” torna-se fundamental para a constituição do si mesmo.

Na democracia, essa consciência se torna ainda mais significativa. Políticas ou iniciativas econômicas devem considerar múltiplos interesses, mesmo aqueles dos menos privilegiados. O *Poor Law Amendment Act* da Grã-Bretanha, de 1834, por exemplo, foi um passo importante no estabelecimento da democracia: significava que a força de trabalho não estaria mais confinada aos centros sociais de moradia, mas poderia mover-se livremente em busca de empregos.

Com a democracia, veio à tona um novo e grande fato. Desde seu início, começamos a aceitar os seres humanos como atores racionais que visavam fins e estavam livres para escolher seu caminho. Com as escolhas, nós também ficamos susceptíveis de cometer erros – um preço bem-vindo, pois é somente quando a pessoa não tem medo de cometer erros que acontecem coisas inovadoras.

O que isso implica? Quando os erros individuais não são penalizados, há espaço tanto para a melhoria como para a inovação. Se as leis da democracia não são violadas, os erros que respeitam certos limites são bem-vindos. A democracia permite, então, muitas rotas: diferentes formas de criar os filhos, levar uma vida de casado, escolher empregos e profissões, fazer amigos. No passado, essas escolhas não existiam; mas, na democracia, mesmo aqueles que acham difícil romper com preconceitos tradicionais são constrangidos a refrear seus instintos primordiais.

É esse emaranhado de tentativas e erros que constitui o material empírico das ciências sociais. Cometer um erro pode ser algo infeliz, de um ponto de vista pessoal, mas para as ciências sociais os erros são fundamentais, dando aos cientistas tanto os dados como os conceitos de sua análise. A democracia é a condição necessária para a existência das ciências sociais e, ainda, para quem a aceitação de erros torna-se corriqueira.

Imagine-se, agora, você mesmo como um economista em uma sociedade pré-democrática. Para todos os efeitos práticos, o mercado é conhecido, os compradores e vendedores de mercadorias e serviços estão pré-fixados e etiquetados desde o início. As “*karkhanas*”, oficinas medievais, produzem para uma categoria definida de compradores; habilidades são necessárias, mas não o empreendimento em si. Também não é possível cometer um erro “econômico”, já que a assunção de riscos não é algo colocado, porque a compra e venda foram moldadas por encomenda ou via mecenas. Quando a terra não é facilmente alienável, tampouco é livre a força de trabalho para mover-se por toda parte; o status é definido desde o início, razão pela qual a economia como disciplina acadêmica não tinha lugar nos tempos pré-democráticos. Não houve “mão invisível”, nem desequilíbrio do mercado, nem erros de julgamento que levaram a oscilações econômicas e à falência.

No entanto, em um contexto em que múltiplos interesses interagem, uma democracia deve, eventualmente, conduzir sua economia com sensibilidade. Enquanto a mão oculta do mercado opera, ocasionalmente, a mão exposta do Estado é necessária para manter o equilíbrio social. Se o governo cede para os interesses de uma classe ou de outra, é preciso muito mais tempo para uma economia ferida curar-se – um padrão que revela quão fundamentais para a democracia são a consciência dos outros, os interesses transversais e a admissibilidade de erros.

A economia como disciplina não teria uma perna para se sustentar se não fosse pelo princípio básico de que as pessoas cometem erros. Então, é hora de flexibilização quantitativa? Deveria a taxa de câmbio estar atrelada a um determinado nível? Nas economias totalitárias, o âmbito dessas indagações é severamente restringido, porque as decisões são tomadas de cima. Nas democracias, podemos insistir no imperativo “prove”.

Do mesmo modo, ao separar o poder da autoridade, a ciência política sublinha sua dependência da democracia. No passado, os governantes tinham poder; mas a autoridade veio apenas com o mandato popular, livremente exercido. Com a democracia, outras pessoas passaram a serem contabilizadas. A democracia aceita a multiplicidade de interesses da sociedade como uma condição necessária; aceita pontos de vista e objetivos conflitantes que devem ser expressos dentro de uma estrutura de eleições livres e justas – e não importa qual partido detenha autoridade, isso não deve ser feito em nome de Deus ou do rei, mas das pessoas. Para ter sucesso, qualquer candidato à autoridade deve equilibrar interesses conflitantes – agricultores, trabalhadores indus-

triais, classe de colarinho branco e assim por diante. E todas essas frações têm sub-frações, obrigando aqueles que se encontram na política a prestar atenção nos “outros”.

Para a ciência política, é imperativo que o sistema permita que as pessoas façam e desfaçam erros – sempre dentro de um conjunto de regras. Cometer erros é perder poder. Em uma democracia, aqueles que se encontram em posição de autoridades não podem dar como certa sua posição: os eleitores podem mudar de ideia, e são até mesmo incentivados a fazê-lo. Sem democracia, não há escolhas, nem eleições, nem retratação e nenhum fator existente contra a posse de benefício.

E em relação à sociologia, uma disciplina cujo principal objetivo é refratar fenômenos através de aulas, categorias, gêneros, grupos ocupacionais? Práticas sociais, como o casamento, são examinados em termos de prática reais ou por intermédio de diferentes lentes, explorando os efeitos da casta, classe, religião, ocupação – um estilo de investigação que começa a partir da consciência dos “outros”.

Resistindo às concepções populares de realidade ou, mais especificamente, ao essencialismo, a sociologia autoconsciente vai fundo no método comparativo, explorando variações ao longo do tempo e no espaço, forçando o pesquisador a ser imparcial e crítico. Por intermédio de estudos comparativos, exploramos as características gerais de um fenômeno social, seja a religião, o casamento ou a preferência social – assim como compreendemos como os fatos sociais podem se manifestar de forma diferente, dependendo de sua configuração.

Assim, a ligação da sociologia com a democracia é fácil de ser compreendida: com a consciência dos “outros”, do contexto, essa disciplina se define, focando em como as pessoas interagem dentro e fora das fronteiras culturais e econômicas. É esse atributo de refração deliberada que permite à sociologia ser um precursor em várias áreas, nomeadamente nos estudos acerca da mobilidade social.

Em contextos não-democráticos, onde se encontra a liberdade de fazer essas perguntas? Sem a liberdade que a democracia permite, qualquer investigação nessas linhas seria rotulada de subversiva. A democracia, pelo contrário, se alimenta de tais investigações, porque todos os aspirantes à autoridade competem e medem a melhor forma de representar vários interesses.

A sociologia pode parecer ativista ou pode ser solicitada por interesses imediatos de responsáveis políticos. Essa é uma leitura equivocada da disciplina, mas também é verdade que os políticos democráticos podem lucrar bastante com a sociologia: se os gestores políticos querem um retrato completo de um problema, eles podem se voltar para nossa disciplina.

No entanto, quando os sociólogos trabalham a mando de

ativistas, eles correm o risco de corromper seus dados no momento em que atendem interesses não-acadêmicos. A sociologia está mais bem adequada para perguntar sobre a direção da mudança de uma forma holística – muitas vezes, gerando contestações acaloradas, outras vezes obscurecendo a visão mais ampla. Mas a sociologia também pode ajudar a traçar vias em direção a uma sociedade mais inclusiva – produzindo uma maior participação e uma maior tolerância das diferenças e dos erros. No coração da sociologia, repousa, então, a proposição de que as pessoas cometem erros, mas que elas também tentam corrigi-los, perseguindo objetivos por meios não pré-determinados.

Argumentos semelhantes contêm a história e a filosofia. A história, propriamente dita, é uma obsessão com o presente; olhar para o passado do ponto de vista de nossas vidas finitas. Nas democracias, o controle dos períodos passados nos permite aceitar falhas do passado, embora reconhecendo como épocas anteriores influenciaram o presente. Sem isso, a história continua a ser uma crônica incolor ou uma hagiografia colorida – em ambos os casos, academicamente inúteis.

A filosofia, da mesma forma, fora transformada com o advento da democracia. O “eu” que, isoladamente, governou a filosofia ocidental, de Descartes a Kant, teve de abrir espaço para o “outro” – uma transformação que não deve ser lida como acomodatória, mas como constitutiva, porque a filosofia, hoje, admite com clareza que não há de fato o eu sem o outro. Se a democracia significa uma preocupação com os “outros” e permite erros, então estamos realmente a falar de “cidadania” – ética, em sentido amplo, que é a pedra angular do direito democrático e de governança. As constituições democráticas e os códigos penais têm como premissa aceitar os “outros” enquanto agentes éticos, ontologicamente semelhantes a nós mesmos, complemento do nosso ser.

Quando o “outro” torna-se tão central, e quando a aceitação de “erros” é rotina, na verdade, estamos falando de cidadania; os cientistas sociais tentam fortalecer a cidadania, para, assim o fazendo, consolidarem suas respectivas disciplinas. A força de uma democracia pode ser julgada, portanto, a partir da força e da profundidade de suas ciências sociais. A liberdade de escolha, a abertura aos “erros” e a percepção de que os outros impactam na configuração do si mesmo são condições disponíveis apenas aos cidadãos em democracias. Conseqüentemente, as ciências sociais não podem ser caracterizadas como ocidentais ou eurocêntricas. No máximo, devem ser vistas como disciplinas cidadão-cêntricas [*citizen-centric*], talvez até citicêntricas [*citizentric*]. ■

Contato com Dipankar Gupta <dipankargupta@hotmail.com>

¹ Sou grato aos professores André Béteille e Deepak Mehta pelos comentários

² <http://isa-global-dialogue.net/social-science-and-democracy-an-elective-affinity/>

> Perspectivas Globais sobre o trabalho de *cuidado*

Por **Brigitte Aulenbacher**, Universidade Johannes Kepler, Linz, Áustria, membro dos Comitês de Pesquisas sobre Economia e Sociedade (RC02); Pobreza, Bem-Estar Social e Políticas Sociais (RC19); Sociologia do Trabalho (RC30); e Mulher na Sociedade (RC32). Vice-Presidente do Comitê Organizador Local do Terceiro Fórum Mundial de Sociologia da ISA, Viena, 2016.



| Ilustração por Arbu.

pública, em especial no quadro social de divisão de gênero e étnica do trabalho.

Há alguns anos, no entanto, o interesse sociológico no cuidado e no trabalho de cuidado vem aumentando: o tema está rapidamente se movendo para a agenda de investigações sociológicas, e os sociólogos estão cada vez mais explorando as diferenças e desigualdades sociais envolvidas no cuidado e em suas lacunas persistentes.

> Crises do cuidado e déficits globais

Nas sociologias de países de alta e média renda do Hemisfério Norte, esse novo interesse no cuidado e no trabalho de cuidado reflete processos que tiveram início na década de 1980 e 1990, incluindo a implementação da Nova Gestão Pública nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e a mercantilização do assistencialismo social, bem como os desafios contínuos de prestar cuidado na vida cotidiana.

Cuidado e trabalho de cuidado, auto-cuidado e cuidar dos outros, na vida cotidiana e no curso da vida, pela família, parentes ou por assistentes sociais profissionais, no mercado, por aqueles fornecidos pelo Estado ou pela sociedade civil:

todos estes são fundamentais para os indivíduos e para a coesão social. No entanto, apesar de uma longa tradição de pesquisas sobre o cuidado, a questão tem sido marginalizada – talvez porque o cuidado é, muitas vezes, invisível na chamada esfera privada e desvalorizado na esfera



Por um lado, as chamadas novas indústrias de cuidado estão evoluindo e os domicílios empregam cada vez mais trabalhadores migrantes do Sul e do Leste Europeu. Por outro lado, como os Estados de Bem-estar diminuíram no Sul e no Leste Europeu, assim como na Europa Ocidental, as políticas de austeridade fiscal pós-2008 estão criando novas crises no assistencialismo social – crises que têm sido, muitas vezes, negligenciadas, já que o cuidado e o trabalho de cuidado sempre foram questões subordinadas e negligenciadas da reprodução social.

Mas, nos países de renda média do Hemisfério Sul, na medida em que o crescimento econômico na última década foi sendo acompanhado por uma expansão de novos programas sociais e de um Estado de Bem-estar, o cuidado e o trabalho de cuidado reforçaram-se enquanto serviços do setor público para os pobres, crianças, pessoas idosas ou com deficiência, e têm sido cada vez mais alargados a outros setores da população.

A investigação sociológica atual sobre o cuidado e o trabalho de cuidado reflete tais evoluções, e os seguintes artigos da *Diálogo Global* fornecem algumas reflexões sobre os regimes de cuidado de vários países dos hemisférios Norte e Sul.

> Regimes de cuidado no Norte e no Sul

Levando-nos ao redor do globo, os artigos que se seguem comparam diferentes regimes de assistencialismo e cuidado, com foco na interação dos domicílios familiares (privados), parentes e afins, sociedade civil, Estados e mercados em vários países. Juntos, os quatro artigos oferecem infor-

mações importantes sobre os regimes de trabalho de cuidado e cuidado contemporâneos. Primeiro, revelam uma tendência geral de mercantilização em curso. Em segundo lugar, descrevem uma interação complexa entre mercantilização e desmercantilização do cuidado. Em terceiro, eles mostram como a mercantilização do cuidado não só faz a diferença na organização do trabalho de cuidado, como também levanta questões sobre quem fornece e quem recebe cuidado. Por fim, os artigos mostram a importância de se examinar contextos locais, nacionais, internacionais e transnacionais para a compreensão de tendências importantes no cuidado e no trabalho de cuidado.

Em sua contribuição, Michael D. Fine descreve como o regime de cuidado da Austrália está sendo reorganizado em meio à mercantilização e à prestação de cuidado por parte do Estado. As tarefas e as condições de trabalho dos prestadores de cuidado, bem como o conceito de recebedor de cuidado como cliente, estão passando por mudanças fundamentais, oscilando entre a profissionalização e a desprofissionalização. A descrição de Hildegard Theobald e Yayoi Saito acerca dos regimes de cuidado suecos e japoneses mostra como as políticas nacionais transferem e adaptam ideias de cuidado, e como se relacionam com a divisão do trabalho. Apesar de divergências entre esses dois regimes, o cuidado profissional de longa duração em ambos os países parecem estar ameaçado por políticas que enfraquecem a prestação de cuidados públicos.

Roland Atzmüller, Brigitte Aulenbacher, Almut Bachinger, Fabienne Décieux e Birgit Riegraf apresentam

suas conclusões sobre a trajetória da Áustria e da Alemanha de um Estado de Bem-estar social para um estado de investimento, descrevendo o cuidado como um terreno contestado e moldando o trabalho do migrante no domicílio familiar, no cuidado profissional, nos protestos sociais e nos conceitos alternativos de cuidado. Monica Budowski, Sebastian Schief e Daniel Vera apresentam uma comparação dos regimes de cuidado no Chile, Costa Rica e Espanha, e mostram como os arranjos de cuidado infantil e a divisão do trabalho entre homens e mulheres em domicílios economicamente precários são moldados por uma orientação do Estado de Bem-estar social para o mercado, a família ou o Estado como prestadores centrais de cuidado. Elena e Jeremy Moore Seekings reconstroem a história do Estado de Bem-estar na África do Sul, enfatizando a mudança histórica do apartheid para um regime pós-apartheid. Enfrentando problemas como a AIDS e a orfandade, e focando sobre os idosos e as crianças, o Estado é fundamental para a prestação do trabalho de cuidado e cuidado, mas a família, parentes e, mais recentemente, o mercado também são componentes importantes do regime de cuidado contemporâneo da África do Sul.

Em suma, os artigos apontam para contextos divergentes e para as consequências da crescente mercantilização do cuidado em países muito diversos.¹

Contato com Brigitte Aulenbacher
<brigitte.aulenbacher@jku.at>

¹ Para essas e outras ideias sobre cuidado e assistência social ao redor do mundo, ver a edição especial: *Soziale Welt* (Sonderband 20), "Sorge: Arbeit, Verhältnisse, Regime" [Care: Work, Relations, Regimes], 2014 (editado por Brigitte Aulenbacher, Birgit Riegraf, e Hildegard Theobald).

> Reconstituindo o cuidado como mercado na Austrália

Por **Michael D. Fine**, Universidade Macquarie, Sydney, Austrália, e membro do Comitê de Pesquisa da ISA em Sociologia do Envelhecimento (RC11)

<http://www.childcaresales.com.au/>

Childcare Sales Australia
EXPERIENCE | INTEGRITY | RESULTS

Home About Us Buying Register Selling Sold FAQ Affiliates Contact Us Links Follow Us: f t

Quick Search
Category
Select State
Search

Register Your Email for Listings and News

- Business and property
- Business only
- Investment property
- Off the plan
- Land with approvals
- Land pending approvals

Current Listings

DEVELOPMENT SITE Proposed Childcare Centre Use
Western & Beachside Subur
E.O.I. Closing 14 August 2015

DEVELOPMENT SITE Proposed Childcare Centre Use
North
E.O.I. Closing 14 August 2015

Gladstone Rockhampton & C
E.O.I. Closing 24 July 2015

Ao lado de um significativo setor sem fins lucrativos na educação dos filhos, os serviços podem ser comprados e vendidos como um negócio lucrativo na Austrália.

Walzing Matilda é uma canção enganosamente alegre sobre um andariço sem-teto que carrega sua cama por toda parte (valseia sua matilda) enquanto procura por trabalho pelo interior australiano. Internacionalmente reconhecido como australiano, isso tipifica o estilo de vida itinerante que atendeu a criação de ovinos em escala industrial e que dominou a economia deste país no final do século XIX. Outra das grandes canções populares da Austrália do mesmo período, *Past Carin'*, poderia tornar-se o tema para a

nova era, assim como a prestação de assistência reestruturada e mercantilizada molda cada vez mais o apoio prestado àqueles que precisam de assistência personalizada diariamente. Nas palavras do poema de Henry Lawson em que a canção se baseia:

*Past wearyin' or carin',
Past feelin' and despairin';
And now I only wish to be
Beyond all signs of carin'.*

Os sucessivos governos australianos, ambos trabalhistas e liberal-nacionalistas, procuraram o apoio da população em relação à pretensão de expandir e desenvolver programas de assistência social. Mas nesta época de neoliberalismo e austeridade fiscal,

eles têm esboçado um novo modelo de crescimento em que os serviços públicos e sem fins lucrativos são limitados, enquanto o mercado de serviços é promovido. Os usuários dos serviços são reformulados como “consumidores”, obrigados a pagar do seu próprio bolso, sempre que possível.

> Cuidado: desenvolvendo um diagnóstico sociológico

Sabemos que o cuidado é essencial em todo o curso da vida humana. No entanto, a compreensão do cuidado continua a ser um ponto cego disciplinar. O mesmo ocorre com a mais básica comparação internacional ou intercultural, está claro que a maneira com que o cuidado é organizado reflete o funcionamento interno da sociedade. A análise do cuidado proporciona, assim, uma poderosa ferramenta de diagnóstico social, uma maneira de compreender as relações sociais, bem como, estruturas sociais e sistemas de poder mais vulneráveis.

Embora normalmente espera-se que as mulheres prestem cuidado não remunerado às famílias, a importância do cuidado no seio da familiar cresceu maciçamente ao longo do século XX. Na medida com que o emprego das mulheres fora de casa aumentou, foi assim com a demanda por cuidados fora da família. Os governos da Austrália, como em outros lugares, têm sido forçados a responder fornecendo acesso ao cuidado formal e remunerado.



Apesar das condições econômicas desafiadoras, a Austrália expandiu significativamente as formas de prestação de cuidados, uma substituição que tem sido acompanhada por mudanças significativas na organização, financiamento e prestação de cuidado. Essas alterações abrangem diversas áreas relativamente especializadas, desde a gestão da infância e cuidado à infância, através do apoio a deficiências, até os cuidados de idosos. Embora cada setor de cuidado tenha características específicas, essas especificidades não devem obscurecer a transformação maior, ou os elementos comuns que subjazem ambos os pedidos para a ação e a resposta por parte do governo e do mercado.

> Reformas no cuidado a pessoas idosas e com necessidades especiais

As mudanças no cuidado dos idosos australianos foram sendo moldadas por esforços em responder às necessidades de uma população em processo de envelhecimento ao mesmo tempo de uma contenção de gastos públicos. As mudanças foram construídas em cerca de 50 anos de expansão e reforma no cuidado aos idosos, mas também tiveram a intenção de transformar fundamentalmente elementos-chave do sistema, com taxas mais elevadas para todos os tipos e níveis de serviço. Há cada vez mais confiança em princípios de mercado e incentivo para os fornecedores privados com fins lucrativos a desempenharem um papel ainda maior na prestação de serviços.

Ao contrário do programa anterior, o novo *Programa de Apoio do Lar* é totalmente nacional, com pouca variação entre os estados da Austrália. As reformas no cuidado de pessoas com necessidades especiais na Austrália também apresentaram um programa nacional, respondendo a um número crescente de pessoas com necessidades especiais que necessitam de cuidados, bem como preocupações humanitárias em relação aos serviços

ao invés dos serviços irregulares e insuficientes anteriormente fornecidos por algumas jurisdições estaduais.

Como no programa reformado de cuidado aos idosos, os pagamentos individualizados – conhecidos pela abordagem do Cuidado-direto-ao-consumidor – deu aos destinatários dos serviços o controle de seus próprios fundos para comprá-los, uma reforma que é especialmente atraente para as pessoas com necessidades especiais e para os prestadores de cuidado domiciliar a crianças adultas com deficiência intelectual que ainda permanecem dependentes de cuidados familiares – normalmente de sua mãe ou pais idosos debilitados.

Em ambos os programas, substituir os serviços com pagamentos em dinheiro destina-se a desenvolver um mercado de serviços e promover o fornecimento para fins lucrativos. Isso também consolidará o emprego casual, com um impacto considerável sobre as condições de trabalho dos funcionários e sobre os serviços públicos sem fins lucrativos.

> Cuidando de crianças

A Austrália foi indiscutivelmente o primeiro país de língua inglesa a desenvolver um programa nacional de serviços de cuidado infantil nos anos 1970 e 1980. Os prestadores de serviços eram inicialmente todos sem fins lucrativos, mas os prestadores com fins lucrativos foram introduzidos na década de 1990. O sistema de financiamento, uma forma limitada de subvenção e regulação por faixa de renda, não conseguiu se expandir para se manter com taxas crescentes, e muitas famílias não têm sido capazes de obter cuidado infantil. As reformas introduzidas pelo atual governo liberal redistribuirá os fundos existentes e aumentará o fornecimento, mas também apertará firmemente os subsídios ao emprego materno.

Cada um dos programas descritos acima substitui os cuidados baseados na família por serviços formais pagos. Uma abordagem alternativa, utilizada

em todos os países da OCDE, exceto os EUA, permitiria a licença parental remunerada com financiamento público. Um programa nacional foi finalmente introduzido na Austrália em 2011, mas foi interrompido após apenas alguns anos, com a introdução de novas condições que restringem a elegibilidade e excluem os trabalhadores que têm acesso a benefícios trabalhistas.

> Desafios para o novo modelo de cuidados

Os primeiros programas de bem-estar social responderam à capacidade limitada das famílias de atender às crescentes necessidades de cuidado e às falhas dos mercados em respondê-las. Hoje, os políticos buscam criar um sistema alternativo, baseado em um mercado de cuidado promovido e regulado pelo Estado. Os diferentes mercados regulamentados emergentes na Austrália prometem reduzir os custos diretos do governo substituindo o financiamento público por recursos advindos dos pagamentos das famílias e pela “eficiência” resultante do fornecimento de baixo custo dos prestadores com fins lucrativos. Mas enquanto essa abordagem mantém algum atrativo por oferecer aos beneficiários um aumento da “escolha”, ela também coloca problemas de seguridade significativos, tanto para os beneficiários quanto para os trabalhadores de cuidado, muitos dos quais encaram perspectivas reduzidas de carreira e condições de trabalho.

Para os sociólogos, o desafio também é considerável. Para ir além da teoria, devemos também entender o funcionamento desses novos sistemas de cuidados, ao mesmo tempo documentar e analisar as consequências da prestação de serviços de cuidados, do pagamento, da fidelização e motivação desses diferentes modelos, da intimidade pessoal e familiar, de um lado, e do emprego remunerado, do outro. ■

Contato com Michael D. Fine
<michael.fine@mq.edu.au>

> Cuidado de longa duração

Suécia e Japão comparados

Por **Hildegard Theobald**, Universidade de Vechta, Alemanha e membro do Comitê de Pesquisa da ISA sobre Envelhecimento (RC11) e sobre Pobreza, Bem-Estar Social e Política Social (RC19) e Yayoi Saito, Universidade de Osaka, Japão



Envelhecimento ativo no Japão.
Foto por Pia Kienerger.

Desde os anos 1980, as políticas de cuidados de longa duração em muitos países ocidentais foram reestruturadas consideravelmente, com forte impacto sobre os usuários e profissionais de cuidado. Os países têm muitas vezes emprestado abordagens políticas uns dos outros. Embora os programas de cuidados de longa duração na Suécia e no Japão tenham sido estabelecidos em diferentes âmbitos do sistema de seguridade social e a partir de diferentes ideias sobre as responsabilidades familiares, a abordagem sueca para o cuidado de longa duração desempenhou um papel significativo no desenvolvimento das políticas de cuidados de longa duração no Japão.

Na Suécia, já em 1960, um modelo de serviço público universal orientado para o cuidado das pessoas idosas foi gradualmente expandido em nível municipal. Foi, então,

formalmente regulamentado pela Lei Nacional do Serviço Social em 1982. A lei estipula um direito geral de cuidado, dando às autoridades locais a responsabilidade de garantir que as necessidades de cuidado sejam satisfeitas, embora a lei careça de detalhamento sobre a regulamentação e a elegibilidade de serviços específicos. Desde a década de 1980, as restrições fiscais e as mudanças demográficas fizeram com que a cobertura de serviços públicos diminuísse gradualmente à medida que eram cada vez mais voltados àqueles com maiores necessidades. Em 2012, 9% das pessoas com 65 anos ou mais utilizavam serviços públicos de cuidado domiciliar, enquanto que 5% viviam em casas de repouso. No entanto, a partir de uma perspectiva internacional, a gama de serviços prestados continua a ser relativamente alta, e os serviços privados cobrem apenas cerca de 5% dos custos totais de cuidado.



No Japão, os serviços públicos para auxiliar idosos em casa também foram introduzidos na década de 1960, embora esses serviços tenham sido limitados às pessoas idosas que vivem sós, e o programa tinha um recorte de renda. Uma ênfase na responsabilidade familiar e na restrição dos direitos sociais limitou os serviços de auxílio domiciliar. Desde 1989, no entanto, uma “Estratégia Decenal de Promoção à Saúde e Bem-Estar para Idosos” (Plano Ouro) forneceu serviços de apoio domiciliar financiados por impostos municipais, seguindo o modelo do serviço público local sueco. No entanto, as dificuldades na expansão dos serviços de apoio domiciliar, os limitados recursos municipais e a posição mais crítica da população japonesa em relação ao aumento de impostos, contribuíram para a introdução do Seguro Assistencial de Longa Duração universal (LTCL) em 2000, uma mistura de financiamento de impostos e seguro social. No âmbito do LTCL, o programa concedeu serviços de cuidado domiciliar e de apoio ao domicílio para idosos com necessidades mais graves, mas também para aqueles com necessidades menores. Isso aumentou consideravelmente o número de beneficiários. Em 2011, quase 13% dos idosos com 65 anos ou mais receberam serviços de cuidado de longa duração, sendo 4,4% utilizando serviços de apoio domiciliar, 5,4% frequentando centros de atendimento e 3% vivendo em casas de repouso. Em abril de 2015, uma nova reforma tem por objetivo focar o suporte público em idosos com necessidades assistenciais mais graves; esse programa reformado aumenta o co-financiamento de 10 para 20% dos custos para os idosos com maiores rendas.

Embora a prestação de serviços tenha sido mercantilizada, tanto na Suécia quanto no Japão, ainda é financiada por fundos públicos. A infra-estrutura pública para cuidado domiciliar já bem estabelecida na Suécia foi aberta a prestadores de serviço com ou sem fins lucrativos na década de 1990. Inicialmente, a mercantilização foi baseada na terceirização da prestação dos serviços públicos principalmente para prestadores com fins lucrativos competitivos, mas hoje, os modelos de escolha do cliente são mais comuns no nível municipal. Nesses programas, os municípios registram diferentes prestadores públicos e privados e os beneficiários podem escolher o seu prestador. Até 2012, cerca de 20% do atendimento domiciliar e de cuidado residencial estavam nas mãos de prestadores com fins lucrativos dirigidos por grandes cadeias.

No Japão, o LTCL abriu um mercado de atendimento domi-

iliar, organizado através da concorrência entre os serviços públicos, com fins lucrativos e sem fins lucrativos, em outras palavras, um modelo baseado na escolha do cliente. Os serviços de cuidado residencial, no entanto, ainda são prestados por organizações públicas ou sem fins lucrativos. Os municípios gerem o sistema, assegurando seu financiamento por meio do LTCL e impostos, enquanto as prefeituras autorizam a prestação de assistência e o financiamento adicional por impostos. Com a expansão dos prestadores de serviços de apoio domiciliar, devido à introdução do LTCL universal, a participação dos prestadores com fins lucrativos aumentou de 30% em 2000 para 63% em 2012.

Com essas mudanças no apoio público, a (não) expansão da infra-estrutura de cuidados e as reformas orientadas para o mercado, a situação dos trabalhadores de cuidado mudou significativamente, especialmente para aqueles empregados por prestadores de serviços de apoio domiciliar. Uma pesquisa recente sobre as condições dos auxiliares domiciliares em ambos os países revelou altos níveis de padronização do trabalho de cuidado e altas jornadas de trabalho. Em ambos os países, os auxiliares domiciliares relatam que suas tarefas são quase todas decididas de antemão dentro de um agendamento de alta pressão, mas eles avaliam essa reestruturação no contexto de desenvolvimento específico de cada país. Na Suécia, o declínio gradual do apoio de cuidado público de longa duração, a reestruturação orientada para o mercado da infraestrutura existente em conjunto com os prazos estreitos para a prestação de cuidados, que violam as normas prevalentes, levam a fortes críticas por parte dos trabalhadores de cuidado. No Japão, os trabalhadores não consideram desenvolvimentos semelhantes de forma tão negativa, porque a expansão dos serviços de cuidado e o apoio público ocorreram ao mesmo tempo que a reestruturação orientada para o mercado. No entanto, em ambos os países, mais de 40% dos trabalhadores de cuidado estão considerando deixar seus trabalhos, revelando sua insatisfação com as condições de trabalho. No Japão, a insatisfação decorre principalmente das responsabilidades do cuidado e dos baixos salários, enquanto na Suécia as mudanças programáticas estão claramente na origem do descontentamento do trabalhador. ■

Contato com Hildegard Theobald <hildegard.theobald@uni-vechta.de> e Yayoi Saito <ysaito@hus.osaka-u.ac.jp>

> A nova face do trabalho de cuidado na Áustria e na Alemanha

Por **Roland Atzmüller**, Universidade Johannes Kepler, Linz, Áustria e membro do Comitê de Pesquisa da ISA sobre Pobreza, Bem-Estar Social e Política Social (RC19); **Brigitte Aulenbacher**, Universidade Johannes Kepler, Linz, Áustria, e membro dos Comitês de Pesquisa da ISA sobre Economia e Sociedade (RC02), RC19, Sociologia do Trabalho (RC30), e Mulheres na Sociedade (RC32) e Vice-Presidente do Comitê Organizador Local do Terceiro Fórum de Sociologia da ISA, Viena 2016; **Almut Bachinger**, Centro Internacional para o Desenvolvimento Político das Migrações, Viena, Áustria; **Fabienne Décieux**, JUniversidade Johannes Kepler, Linz, Áustria; **Birgit Riegraf**, Universidade de Paderborn, Alemanha e Membro da RC02, RC19, RC30, e RC32;



Uma situação típica em um jardim de infância austríaca. Foto por Arbeiterkammer Oberösterreich, Áustria.

Áustria e Alemanha, dois países da Europa Ocidental economicamente poderosos na fronteira com a Europa Oriental, são considerados Estados de Bem-estar social conservadores atualmente sub-

metidos a processos fundamentais da reorganização. Ambos enfrentam crescentes demandas, obrigações e custos no âmbito da assistência e prestação de serviços, especialmente na assistência aos idosos e à infância; ambos atendem esses deveres em equi- >>



*Primeiro de Maio - Dia do Trabalho invisível!
Estátua da atriz alemã popular, Ida Schumacher, vestida para simbolizar o trabalho invisível.*

pamentos privados e por profissionais.

> A exploração dos trabalhadores migrantes

A maior parte do cuidado na Alemanha e na Áustria é fornecido gratuitamente nas famílias, principalmente pelas mulheres. Embora o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e formas alternativas de vida signifiquem que a família não pressupõe uma estrutura fixa, as políticas governamentais contributivas visam se manter por meio de incentivos monetários e vantagens fiscais. Na Alemanha e na Áustria, como em outros países, as mulheres migrantes são frequentemente utilizadas para: limpar, cuidar e cozinhar no ambiente doméstico. Esse sistema deixa as divisões tradicionais sexuais do trabalho intocadas, e alivia o setor público das demandas por cuidado.

A localização fronteiriça da Áustria e da Alemanha, a disparidade de renda entre o Ocidente e o Oriente, e a presença de uma grande massa de trabalhadores bem qualificados da Europa Oriental promovem o emprego das mulheres migrantes, especialmente nesses países. A fim de regulamentar

o chamado cuidado-24-horas-por-dia, a Áustria optou por legalizar esse tipo de trabalho doméstico. Na Alemanha, o trabalho migrante na esfera doméstica inclui residência e emprego legal, semi-legal e ilegal. Politicamente desejado e subsidiado na Áustria, e informalmente tolerado na Alemanha, a empregada doméstica que dorme na residência foi estabelecida embora fique aquém dos padrões de emprego de ambos os países. A disponibilidade e alta responsabilidade a qualquer hora do dia, combinada com o isolamento social e baixa renda, caracterizam o trabalho das mulheres migrantes que vivem com as famílias de seus empregadores.

Na Áustria e na Alemanha, com a ajuda do Estado de Bem-estar Social de um lado, e do trabalho migrante, do outro, as famílias de classe média são capazes de obter os cuidados necessários. Nos países da Europa Oriental, no entanto, um novo gargalo na oferta está emergindo em relação aos parentes das mulheres migrantes que ficam para trás sem cuidados. As mulheres migrantes muitas vezes ofertam cuidados a duas famílias, viajando entre os lares austríacos ou alemães onde são pagas para cuidar, e seu país

de origem, onde elas reproduzem o mesmo trabalho de forma não-remunerada.

> Assistência no setor público

Especialmente desde a crise financeira de 2008 e os subsequentes esquemas de austeridade, o trabalho de cuidado profissional no atendimento aos idosos e nos cuidados à infância estão sob pressão considerável, em parte, porque os novos prestadores privados começaram a competir em um mercado substancial da região. Além disso, as medidas de racionalização e reorganização na linha da Nova Gestão Pública fizeram com que os espaços de trabalho e processos de trabalho fossem simplificados, tornando-os economicamente mais eficientes de forma a não conflitar com o bom atendimento. No atendimento aos idosos, os horários irregulares de trabalho tornam difícil salvaguardar o suporte à saúde mental ou, até mesmo, física. Nas escolas infantis, a promessa de atualizar o trabalho de cuidado infantil através da educação é deslocada por condições problemáticas, como grandes turmas.



Os segmentos de atendimento aos idosos e às crianças têm sido considerados como “resistentes”, porque os trabalhadores ficam muitas vezes relutantes em abandonar as pessoas sob seus cuidados. Mas essa dinâmica começou a mudar: os educadores infantis na Alemanha estão atualmente em greve por melhores salários e condições de trabalho, e para a melhoria da situação profissional. Greves como essa se espalharam para a Áustria em 2009: “*Kollektiv Kindergartenaufstand*” da Áustria (o Motim Coletivo do Jardim de Infância) foi estabelecido seguindo a última onda de greves da Alemanha. As formas de ação coletiva alternativas usadas chamam a atenção para as más condições de trabalho e dos empregos no cuidado infantil.

Além do apoio do sindicato aos grevistas das escolas infantis e da cuidado aos idosos, novas formas de ação da sociedade civil, dos movimentos sociais e alianças estão surgindo na Alemanha e na Áustria. Iniciativas como o *Care Mob*, o *Care Revolution* e o *Care Manifesto* combinam críticas à organização do trabalho de cuidado com demandas políticas que envolvem uma crítica fundamental ao capitalismo e propostas de visões alternativas de uma vida com qualidade.

Ao mesmo tempo, contudo, a racionalização no setor do cuidado tem andamento de mãos dadas com as novas polarizações sociais e as novas divisões do trabalho, por exemplo, entre os gestores de cuidados e os prestadores, minando a solidariedade potencial.

> Concepções alternativas de assistência

Finalmente, há novas propostas que visam atender às crescentes necessidades de cuidado da sociedade, oferecendo uma organização adequada do trabalho de cuidado. Casas comunitárias administradas localmente, principalmente atendendo pacientes com demência, têm sido desenvolvidos desde a década de 1990, buscando oferecer alternativas aos cuidados familiares e asilos.

Casas comunitárias de cuidado são geralmente organizadas por membros da família, que continuam a fornecer algum trabalho de cuidado, enquanto os prestadores de serviços móveis assumem o resto. Essa versão de vida assistida é construída sobre o modelo da família, mas torna-se um trabalho remunerado. A maioria desses arranjos são projetos de classe média, oferecendo ao pessoal qualificado a oportunidade de realizar seu trabalho profissional de uma forma mais satisfatória do que o meio hospitalar permite. Mas as finanças limitadas para esses projetos muitas vezes levam a relações de trabalho precárias: o pessoal qualificado só trabalha em período parcial, enquanto os trabalhadores precariamente empregados, muitas vezes as mulheres migrantes, assumem tarefas subalternas. Embora essa abordagem não esteja endereçada aos pobres nem aos trabalhadores com baixo reconhecimento social, ela reflete claramente a pressão para, pelo menos, oferecer relações de trabalho legais.

> O cuidado como espaço reivindicado

Esses desenvolvimentos no setor de cuidado destacam os efeitos da polarização associada à reorganização dos Estados de Bem-estar Social da Europa Ocidental. Isso não veio apenas sob a pressão por austeridade fiscal. Reorganizar as atividades de bem-estar social exigiu torná-las produtivas do ponto de vista do crescimento econômico e da competitividade (internacional). Por um lado, os gastos alegadamente “improdutivos” com os idosos foram expostos a arranjos mais ou menos informais etnicamente estratificadas. Por outro lado, o aumento da sujeição do bem-estar social aos imperativos econômicos transformou parte do trabalho de cuidado, por exemplo, do cuidado à infância, em um investimento em competitividade econômica e em perspectivas de carreiras futuras para os jovens. No entanto, os nossos exemplos mostram que o declínio na atenção individual, no trabalho qualificado e na coesão social estão relacionados às formas de divisão de organização do trabalho de cuidado. Além disso, os exemplos mostram que o caminho a partir do Estado de Bem-estar Social para o Estado de Investimento tem provocado protestos que procuram organizar os trabalhadores de cuidado, bem como os beneficiários e tornar o cuidado um terreno reivindicado pelo bem-estar social. ■

Contato com Brigitte Aulenbacher
<brigitte.aulenbacher@jku.at>
e Birgit Riegraf <briegraf@mail.uni-paderborn.de>

> Cuidado Doméstico sob condições precárias

no Chile, Costa Rica e Espanha

Por **Monica Budowski**, Universidade de Fribourg, Suíça e membro dos Comitês de Pesquisa da ISA sobre Economia e Sociedade (RC02), Pobreza, Bem-Estar Social e Política Social (RC19), e Indicadores Sociais (RC55); **Sebastian Schief**, Universidade de Fribourg, Suíça; **W. Daniel Vera Rojas**, Pontificia Universidade Católica de Valparaíso, Chile¹



Habitações precárias na Costa Rica.
Foto por W. Daniel Vera Rojas.

As sociedades organizam a assistência de maneiras diferentes. Os membros da família e do lar, especialmente as mulheres, prestam mais cuidados; mas a maneira com que o cuidado é organizado também depende dos serviços fornecidos pelo Estado, serviços compráveis, e de apoio da comunidade. Nosso estudo perguntou como os princípios de organização do regime de bem-estar social moldam a prestação de cuidados no Chile, na Costa Rica e na Espanha.

Os princípios do regime de bem-estar social do Chile são liberais: eles enfatizam um forte papel dos mercados e da responsabilidade individual. Assim, esperávamos que as próprias famílias lidassem com as questões de cuidado, contando com a divisão sexual do trabalho doméstico se houvesse poucos serviços no mercado a preços acessíveis. Os princípios da Costa Rica são sociais-democratas: as políticas estatais são importantes, e as famílias se voltam aos serviços e programas estatais quando necessário. As políticas de bem-estar social da Espanha incorporam muitos princípios

conservadores: o Estado delega o cuidado às famílias (principalmente às mulheres) e protege aqueles com emprego formal (principalmente os homens). Assim, na Espanha, o cuidado à criança é gerido domesticamente ou por familiares, apenas secundariamente, envolvendo políticas de Estado e das comunidades ou amigos. Em todos os três países, a divisão sexual do trabalho no ambiente doméstico é fundamental para a prestação de cuidados. E, claro, a crise financeira em curso em todos os três países afeta a forma com que as questões sobre o cuidado são atualmente abordadas.

> Organizando o cuidado infantil em lares precários

Para todos os três países, perguntamos como as famílias em condições socioeconômicas precárias, próximas, mas acima do limiar da pobreza (não pobres, mas em risco de pobreza) gerem a vida cotidiana. Tais famílias não estão



cobertas por políticas sociais destinadas a ajudar os pobres, mas a sua capacidade financeira limitada faz com que seja difícil para elas terceirizarem o trabalho de cuidado, por exemplo, pagando uma creche. Entre 2008 e 2010, entrevistamos pessoas na mesma amostra de domicílios em três cidades (entre 24 e 31 famílias em uma cidade de cada país), a fim de explorar a forma com que os membros dessas famílias pensam e lidam com o cuidado infantil.

A qualidade do cuidado infantil no Chile depende dos pais, por meio do apoio familiar informal e não remunerado, e serviços pagos de creche. As creches privadas (subsidiadas) eram usadas quando consideradas benéficas para o desenvolvimento da criança ou quando os rendimentos de ambos os pais foram considerados suficientes para sustentar o padrão de vida familiar atual ou planos futuros. Os entrevistados eram ambivalentes sobre os benefícios do mercado de trabalho de cuidado: longas horas de trabalho, más condições de trabalho, baixa remuneração e trabalhos temporários foram pesados contra o resultado, a gratificação, a segurança e a identidade. Muitos entrevistados refletiram uma tradicional divisão sexual do trabalho, com aceitação generalizada de que o “papel da mãe” cria uma tensão entre o trabalho remunerado e o cuidado. Nem os mercados, nem o Estado, nem as organizações da sociedade civil poderiam aliviar essa tensão.

As famílias costarriquenhas entrevistadas para o estudo organizaram o cuidado às crianças através de uma divisão do trabalho intergeracional e sexual. O trabalho e o cuidado às crianças foram negociados entre diferentes gerações de mulheres dentro da família, geralmente com base no que poderia gerar de resultado. Às vezes, as mulheres retribuíam umas às outras informalmente pelo cuidado às crianças: se uma mulher conseguiu encontrar um trabalho em tempo integral, outro membro da família, que estava desempregado ou em emprego de tempo parcial - avós, irmãs, noras – cuidava das crianças. Se as necessidades do cuidado infantil extrapolassem os próprios meios do agregado familiar, os entrevistados acreditavam que o Estado e, em menor medida, os mercados, poderiam preencher a lacuna. Os mercados de trabalho na Costa Rica pareciam criar menos tensões ou complicações em relação às creches do que no Chile e na Espanha. No entanto, os homens geralmente pareciam menos envolvidos na educação dos filhos, e as mulheres não demandavam explicitamente as contribuições deles.

Em lares espanhóis, as mulheres tendem a carregar o cuidado das crianças sozinhas. A crise financeira reduziu as oportunidades de emprego e reduziu o apoio público à creche pública; e outras redes de seguridade são praticamente inexistentes. Poucas mulheres nos lares espanhóis da amostra tiveram filhos. Aquelas que tiveram, criticaram a divisão sexual do trabalho no lar, e queixaram-se sobre as oportunidades de emprego limitadas e a falta de creches públicas ou privadas acessíveis – em parte devido à crise financeira. Os conhecidos e as comunidades entraram em cena para atender às emergências do cuidado infantil. Mui-

tos entrevistados atribuíram a decisão das mulheres em limitar o tamanho de suas famílias à injusta divisão sexual do trabalho.

> Comparando países

Essa comparação entre os arranjos na assistência à infância em famílias de baixa renda destaca dois pontos centrais. Primeiro, ela ressalta a importância da família e do lar para o cuidado das crianças, bem como a persistência de uma divisão sexual intrafamiliar ou uma divisão intergeracional do trabalho dentro das famílias. Em segundo lugar, ressalta a forma com que os regimes de bem-estar social, em conjunto com a economia e a estrutura social dos países, têm um impacto importante sobre a organização do cuidado infantil no interior dessas famílias.

Para a maioria das famílias em condições precárias (não pobres, mas em risco de pobreza), a divisão sexual do trabalho – junto com a composição e o tamanho do agregado familiar – foi essencial para a organização do cuidado infantil. Se esses papéis de gênero foram socialmente aceitos ou questionados, se as oportunidades de geração de renda ou se o apoio do Estado estava disponível também afetou como o cuidado infantil foi organizado e vivido. As políticas orientadas à família na Costa Rica fornecem incentivos à construção de agregados familiares de três gerações, aliviando o cuidado infantil. No Chile, uma relação tensa entre as condições de trabalho, as oportunidades de emprego e os equipamentos de creche, juntamente com uma ideologia tradicional de gênero, permeiam a organização do cuidado infantil. Na Espanha, ter menos filhos ou nenhum diminui, para as mulheres, o fardo do cuidado. Ao mesmo tempo, a crise financeira reduziu os serviços públicos e as oportunidades de trabalho remunerado, então as mães tiveram de arcar e se virar para cuidar das crianças.

A organização do cuidado infantil foi menos custoso na Costa Rica, onde outras mulheres, membros da família e onde o Estado oferecem suporte a situações difíceis. No Chile, as condições de trabalho, a falta de preços acessíveis em creches públicas e privadas, o conflito com a divisão sexual do trabalho e a ideologia de gênero tradicional fazem do cuidado infantil algo custoso. Na Espanha o cuidado infantil foi ainda mais custoso, devido à combinação de uma divisão sexual do trabalho (considerada injusta), à redução, induzida pela crise, das creches e às oportunidades de emprego limitadas. ■

Contato com Monica Budowski <monica.budowski@unifr.ch>

¹ A *Swiss National Science Foundation* financiou o projeto. A Universidade de Friburgo (Suíça) colaborou com a Universidade Pública de Pamplona (Espanha), a Universidade Católica de Temuco (Chile), e a Universidade de Costa Rica (Costa Rica).

> Prestação de cuidado na África do Sul

Por **Elena Moore**, Universidade da Cidade do Cabo, e **Jeremy Seekings**, Universidade da Cidade do Cabo, África do Sul e ex-Vice-Presidente do Comitê de Pesquisa da ISA sobre Desenvolvimento Urbano e Regional (RC21) e membro do Comitê de Pesquisa sobre Pobreza, Bem-Estar Social e Política Social (RC19)

Altos níveis de cuidados financeiros e cuidados físicos são necessários e fornecidos na África do Sul. Taxa de desemprego excepcionalmente elevada, pobreza persistente e HIV-AIDS fazem com que cerca de três quartos da população, de cerca de 50 milhões – incluindo 20 milhões de crianças, três milhões de idosos que não trabalham, um milhão de homens e mulheres em idade ativa com necessidades especiais e mais 12 milhões desempregados – requerem algum tipo de assistência ou apoio financeiro.

Já em 1920, a África do Sul começou a construir um Estado de Bem-estar Social para os seus cidadãos brancos, com base no modelo britânico de serviços públicos financiados por impostos, e assistência social, com foco especialmente nas categorias de “merecimento” – mulheres e crianças (e, com menos frequência, homens). Na África do Sul, é claro, os cidadãos “merecedores” também eram racialmente definidos: a população da África do Sul “africana” ou “negra” foi excluída (primeiro totalmente, depois parcialmente) do Estado de Bem-estar Social e da cidadania social, bem como do privilégio da cidadania política. As restrições sobre o trabalho que os africanos poderiam fazer e onde eles poderiam viver reforçou um sistema racial de trabalho migrante, forçando muitos pais trabalhadores a deixarem suas crianças serem criadas pelos avós para os quais eles remetiam uma parte de seus ganhos. Somente a partir da década de 1970, que os imperativos do crescimento econômico e da estabilidade política empurraram o estado de *apartheid* para realocar lentamente recursos públicos às pessoas classificadas como *coloured*, *indian* e, mais tarde, para os africanos - uma mudança em direção a um sistema de cuidados mais inclusivo que só foi concluído depois que a África do Sul teve suas primeiras eleições democráticas em 1994.

A desracialização de políticas públicas, especialmente de programas de assistência social, educação pública e saúde pública, resultou em um Estado de Bem-estar Social que é extenso e redistributivo (embora de forma desigual). Esse Estado de Bem-estar Social existe ao lado dos crescentes serviços do mercado e do continuado (embora decrescente) atendimento familiar.

Muitas crianças ainda vivem com famílias estendidas, muitas vezes sem um ou ambos os pais. Apenas uma em cada três crianças da África do Sul vive com seus pais biológicos, e cerca de 5,5 milhões de crianças não vive com pai ou mãe biológicos. Os parentes desempenham um papel fundamental na prestação de cuidados. Ao mesmo tempo, a feminização da força de trabalho e a mudança das relações de parentesco resultaram em um aumento da prestação de cuidados pelo mercado. Cerca de 30% de todas as crianças com idade entre 0-4 anos frequentam algum tipo de creche.

O Estado oferece assistência às crianças através de escolas, auxílio monetário aos cuidadores (incluindo pais adotivos) e, no início de 2000, expandiu as instalações pré-escolares. A escala dos auxílios monetários aos cuidadores é única em termos de cobertura e custo (em relação ao PIB), mesmo quando comparada com programas mais internacionalmente famosos, como o *Bolsa Família* no Brasil.

O Estado apoia os idosos sul-africanos principalmente através de pensões não contributivas. Mais de 1% do PIB é redistribuído para quase três milhões de pensionistas. A pensão para idosos é focada em faixa de renda, mas ambos os limiares de renda e riqueza são fixados a um nível elevado, de modo que apenas os ricos sul-africanos são excluídos. A expansão da assistência financeira para idosos pelo Estado pós-*apartheid* contrasta com a reversão dos serviços de cuidados publicamente fornecidos aos idosos. A prestação pública direta de cuidado residencial a idosos (asilos estatais) e indireta (asilos conveniados) não sobreviveu à transição para a democracia. A pensão para idosos, que paga benefícios generosos, tem consequências indiretas significativas para a prestação de cuidados e finanças domésticas. Três quartos das pessoas idosas vivem em domicílios com adultos em idade ativa, enquanto um pequeno número vive com crianças, sem um adulto em idade ativa presente. Enquanto os idosos dão sustentação financeira aos parentes jovens, os membros mais jovens da família parecem gastar pouco tempo a cuidar dos idosos.

Cerca de um milhão de adultos doentes ou com necessidades especiais em idade ativa recebe subsídios por invali-

“Ao contrário dos regimes de bem-estar social liberais do Hemisfério Norte, os programas de assistência social da África do Sul têm um amplo alcance”

dez. Aumentou o número de pessoas doentes com AIDS em idade ativa que necessitam de apoio financeiro e de cuidados físicos. A pesquisa qualitativa sugere que a AIDS vem abalando os laços de parentesco, e que parentes doentes são muitas vezes incapazes de recorrer a parentes distantes ou mesmo próximos em busca de ajuda. A assistência de parentes continua a ser marcada pelo gênero e a AIDS exacerbou esse padrão.

A África do Sul oferece pouco apoio público a adultos em idade ativa desempregados, mais que programas de emprego. Sem a assistência do Estado e sem acesso a cuidados através do mercado, adultos desempregados são dependentes de parentes - mas o apoio de parentes não é mais incondicional. O parentesco idealizado obrigatório e inevitável que antropólogos como Meyer Fortes descreveram há mais de 40 anos está em grande parte ausente hoje, ao passo que os sul-africanos discriminam entre parentes merecedores e indignos, sejam eles próximos ou distantes.

Os sistemas de seguridade social e de cuidados da África do Sul exibem algumas semelhanças com regimes de bem-estar social liberais do Hemisfério Norte. Os recursos do Estado são direcionados para programas de prestação de assistência social, com foco em categorias merecedoras de pessoas pobres. O Estado tem incentivado a expansão da prestação de cuidados pela via do mercado, através de pensões contributivas e seguro de saúde, bem como as creches privadas.

Ao contrário dos regimes de bem-estar social liberais do Hemisfério Norte, os programas de assistência social da África do Sul têm um amplo alcance. Quase um em cada três adultos e crianças recebe um subsídio de algum tipo, e cerca de dois terços da população vive em uma casa onde alguém recebe uma subvenção. Auxílios monetários, portanto, atingem cerca de metade de todas as famílias, incluindo a maioria dos lares pobres. Em termos de alcance, esses programas parecem mais com os regimes sociais democráticos do Hemisfério Norte.

Embora as relações de parentesco estejam mudando, e apoio é cada vez mais subordinado ao comportamento e às atitudes dos indivíduos, muitos sul-africanos continuam dependentes de alguém de sua família para a assistência financeira e cuidados físicos. Nisso, a África do Sul assemelha-se às situações orientadas pelas famílias do sul da Europa.

A desracialização das subvenções sociais e a mudança no suporte dos parentes nas últimas décadas têm empurrado o regime do bem-estar social sul-africano em uma direção mais social-democrata, mas o Estado também retraiu seu papel limitado na prestação de serviços de saúde (principalmente para alguns idosos), empurrando as pessoas para a dependência dos parentes, e, cada vez mais, do mercado. ■

Contato com Elena Moore <elena.moore@uct.ac.za>
e Jeremy Seekings <jeremy.seekings@gmail.com>

> Sociologia em um ambiente hostil

Por Laboratório de Sociologia Pública, São Petersburgo, Rússia



Membros do Laboratório de Sociologia Pública, São Petersburgo Na fileira superior, da esquerda para a direita: Maksim Alyukov, Kseniya Ermoshina, Svetlana Erpyleva, Ilya Matveev; Na fileira inferior, da esquerda para a direita: Andrey Nevsky, Natalya Savelyeva, Dilyara Valeeva, Oleg Zhuravlev.

O Laboratório de Sociologia Pública é um grupo de pesquisa independente formado por acadêmicos e ativistas de esquerda em São Petersburgo. Alguns de nós participamos dos protestos estudantis contra a comercialização da educação e contra a profanação da ciência no departamento de Sociologia da Universidade Estatal de Moscou em 2007-2008, enquanto outros participamos em associações políticas e artísticas de esquerda quando éramos estudantes de ciências sociais em distintas universidades. Em 2011, decidimos criar um coletivo de acadêmicos comprometidos para investigar o protesto político em nossa sociedade despolitizada. Depois de realizar pesquisas em larga escala durante o movimento “Por Eleições Justas” na Rússia em 2011-2012, começamos a estudar os movimentos Maidan e anti-Maidan em Kiev, na Ucrânia, em colaboração com o [Centro de Pesquisa Social Independente](#) (CISR). Neste texto, tratamos de três assuntos: primeiro, o contexto em que se desenvolve nosso projeto; segundo, o que significa para nós engajar-se na “sociologia pública”; terceiro, as limitações que o meio institucional impõe sobre nossa atividade e como essas limitações podem ser superadas.

> Sociologia russa: entre instrumentalismo e profissionalismo

Ao longo de nossa socialização profissional, três consen-

tos tomaram forma na disciplina na Rússia, levando a dois tipos de conhecimento sociológico: instrumental e profissional. O primeiro pode ser encontrado nos Institutos de Sociologia da Academia de Ciências, os quais não têm autonomia estrutural e abrigam os apaniguados políticos; bem como nos departamentos de sociologia que foram tacitamente privatizados pelas administrações das universidades. Nessas instituições, os acadêmicos precisam lidar com a lógica do mercado (tanto o mercado dos estudos aplicados para finalidades comerciais quanto o da venda de diplomas) ou tomar parte em estudos pseudocientíficos sobre “A Classe Média”, “Transição”, “Os Tempos Difíceis da Rússia” e etc.

Em resposta a esse tipo de sociologia “oficial” ou “instrumental”, formou-se uma facção “autonomista”, defendendo que as “verdadeiras” ciências sociais profissionais devem ser livres de compromissos políticos. A partir dessa perspectiva, nenhum dos dois tipos de sociologia instrumental é profissional, não apenas por não possuírem autonomia, no sentido de Bourdieu, senão precisamente por causa de seu compromisso com seus distintos tipos de clientes.

A oposição ao consenso instrumentalista foi a plataforma de nosso protesto contra a política do Departamento de Sociologia da Universidade Estatal de Moscou, mas também discordamos do consenso apolítico dos “profissionais”. Cooperar com ativistas que frequentemente eram muito mais reflexivos do que os pesquisadores profissionais levou-nos a um afastamento gradual em relação às perspectivas doutrinárias e elitistas, assim como do dogmatismo metodológico. O sociólogo Victor Vakhshayn, um dos proponentes mais consistentes da perspectiva “autonomista”, argumenta que a linguagem “científica” na Rússia foi desbancada pelas linguagens “neo-soviética” e “anti-soviética”, e que para profissionalizar a sociologia russa é preciso estabelecer uma ciência “sem compromissos”¹. Para Vakhshayn,



a missão sociologia é “produzir conhecimento pelo conhecimento”; qualquer politização das ciências sociais, continua, destruiria a racionalidade científica.

Acreditamos que essa perspectiva não tem, conforme afirma Vakhshayn, um compromisso com a ciência “livre de valores”. Pelo contrário, para nós essa posição é ideológica no sentido mais central para a ordem neoliberal pós-soviética: ela reflete uma ideologia de despolitização e senso comum alimentada pela decepção com a política e pela estigmatização da esfera pública, justificando o refúgio na vida privada. A geração de Vakhshayn herdou esse ideal de “conhecimento puro” de seus professores – críticos avançados da “sociologia burguesa”, para quem a luta pelo conhecimento sociológico rigoroso era inspirada por uma necessidade de determinar as causas da queda do império soviético, e não por qualquer aspiração profundamente enraizada na direção do não-comprometimento. Eles concebiam a sociologia como uma ferramenta para a auto-atualização da sociedade. Todavia, no contexto atual de despolitização, esse ideal de profundidade teórica se transformou no fetiche do “conhecimento puro”.

Quando a sociedade russa começou a se politizar durante os protestos contra Putin em 2011-2012, o movimento Maidan e a guerra na Ucrânia, os sociólogos profissionais, seguindo seu público, também tiveram que voltar sua atenção para os protestos. Entretanto, sem qualquer experiência de reflexão científica sobre a política, ficaram condenados a repetir clichês ideológicos ou a encaixar artificialmente a realidade dos protestos em enquadramentos teóricos pré-estabelecidos.

> O que queremos dizer com sociologia pública?

Se a geração dos professores do “profissionais” foi inspirada pelas trágicas experiências de mudança social nos anos 1980, e se os “profissionais” foram eles mesmos inspirados pelos problemas existenciais da sociedade que levaram a um recuo para o âmbito da vida privada, então a própria despolitização se tornou o nosso problema existencial, especialmente quando nossos amigos, o meio científico e a sociedade criticam nosso ativismo. Foi por aí que chegamos ao estudo da despolitização no marco das relações em transformação entre as esferas pública e privada.

Além disso, investigar a esfera pública levou-nos a discutir nossos resultados com as próprias pessoas que estamos estudando, isto é, com os ativistas. Planejamos atualmente realizar uma conferência com grupos de ativistas cívicos locais que surgiram durante os protestos de 2011-2012, apresentando assim nossos estudos para os ativistas, na esperança de que possamos iniciar discussões e estabelecer uma rede entre esses grupos.

Acreditamos que a preocupação com problemas soci-

ais e políticos exige explorar e entender as teorias sociais de um ângulo novo. É possível entender o projeto de Dürkheim sem pensar na anomia? É possível explorar teorias do público, desde Arendt e Habermas até Fraser, Negt e Kluge sem fazer referência à pobreza de uma vida restrita à esfera pública? Nosso Manifesto afirma que “O principal objetivo do laboratório é combinar uma abordagem profissional da pesquisa científica com o engajamento público. As questões científicas que o Laboratório de Sociologia Pública levanta dizem respeito a problemas sociais relevantes, ligados à situação política da Rússia e do restante do mundo. Ademais, a missão do laboratório é combinar engajamento social e responsabilidade cívica com profundidade teórica e existencial, visando resolver problemas da ‘grande teoria’ por meio do estudo empírico de problemas sociais. Por exemplo, o estudo da mobilização política durante os últimos protestos permitiu formular o problema da solidão e da solidariedade, do individualismo e da solidariedade.”

> Obstáculos para a sociologia pública na Rússia

Todavia, é fácil aderir a essa posição na Rússia contemporânea? Alguns obstáculos ameaçam a existência de nosso projeto. Estamos encurralados entre os “profissionais” e os “instrumentalistas” – bem como entre grandes universidades e o mercado de bolsas e verbas de pesquisa. As instituições científicas, tanto a retrógrada Academia de Ciências quanto as universidades menores e “avançadas”, criam hierarquias rígidas e ritmos de carreira que servem a sua própria reprodução. Essa lógica dissolve a colaboração e a solidariedade porque atomiza e subjuga os pesquisadores. É por isso que buscamos abrigo no CISR, o centro sociológico mais independente, horizontal e profissional da Rússia. No entanto, o mercado de bolsas e verbas de pesquisa está encolhendo rapidamente por causa da repressão estatal contra pesquisadores dissidentes. Aliás, a publicação de nosso livro A Política do Apolítico [*The Politics of the Apolitical*], dedicado aos protestos de 2011-2012, foi uma das razões por que agentes do Estado tentaram acusar o CISR de ser um “agente estrangeiro”.

Portanto, hoje enfrentamos um ambiente hostil. Até aqui, dependemos dos recursos limitados decorrentes do forte consenso moral e político de nosso grupo, de conexões mais amplas e de liderança informal. Porém, isso não é o suficiente para sustentar nosso projeto. Acreditamos que é necessário criar uma “Internacional” de pesquisadores e artistas capaz de unir cientistas e intelectuais comprometidos de nossa região e seus pares ao redor do mundo. ■

Contato com o Laboratório de Sociologia Pública
<publicsociologylab@gmail.com>

¹ Ver V. Vakhshayn’s article na *Diálogo Global* 2.3 e a resposta de N.V. Romanovsky e Zh.T. Toshchenko na *Diálogo Global*, 2.5.

> Ideais socialistas nos inícios da arquitetura soviética

Por **Natalia Tregubova** e **Valentin Starikov**, Universidade Estatal de São Petersburgo, Rússia

Em russo, a palavra “soviético” significa 1) conselho, assembleia, diretoria; 2) recomendação, sugestão; 3) harmonia, concordância. O termo se refere, também, a um tipo específico de organização política, introduzida após a Revolução de Outubro de 1917, que transformou radicalmente o poder político: “conselhos dos representantes dos trabalhadores, camponeses e soldados”, também conhecidos como “soviets”.

Os soviets foram concebidos como governos eleitos por “aqueles que trabalham”, nos quais tudo seria baseado em tomadas de decisão coletivas. Ao menos no início da era soviética, os soviets eram pensados para facilitar a democracia direta. Eles incorporavam novos princípios de vida social – solidariedade, coletivismo e auto-organização –, ainda que, ao mesmo tempo, esses princípios fossem baseados na “ditadura” das classes anteriormente oprimidas.

Essa nova sociabilidade exigia novas formas de vida cotidiana nas áreas urbanas e rurais – tanto nos ambientes dos trabalhadores e nas práticas diárias dos camponeses. Educação em massa e elevação cultural, migração urbana, a emancipação das mulheres, novas formas de governo – todos esses processos tinham que se incorporar aos padrões da vida cotidiana, incluindo sua organização espacial.

Daí surgiu um grande desafio para os arquitetos, que foram convocados a inventar novas formas e tipos de construções. Desse modo, a mundialmente famosa arquitetura de vanguarda do construtivismo soviético

dos anos 1920 e início dos 1930, nasceu das novas exigências da vida social e política.

Um dos maiores e mais intactos projetos construtivistas é o complexo de edifícios no distrito de Narvskaya Zastava, em São Petersburgo (antiga Leningrado). Um típico subúrbio de classe trabalhadora no começo do século XX, Narvskaya Zastava foi onde ocorreram os trágicos eventos do “Domingo Sangrento”, quando um protesto pacífico de trabalhadores foi reprimido pela Guarda Imperial do Czar, em 1905. Depois da Revolução de 1917, o evento foi consagrado e se tornou um marco da nova ideologia proletária. [Foto 1]

A área de Narvskaya Zastava se transformou em um lugar de experimentação arquitetônica e um grande centro público do distrito industrial circundante.

Os edifícios residenciais da Rua Traktornaya (construídos em 1925-1927) eram uma prioridade quando os arquitetos buscavam novos princípios de organização espacial conforme desenvolviam habitações públicas para o proletariado. A Rua Traktornaya é um exemplo do estilo de transição tanto na arquitetura quanto no planejamento urbano: inclui características do neoclassicismo russo misturadas com novas formas de vanguarda, motivos supremacistas e zoneamento funcional. Os prédios da Rua Traktornaya iniciaram um processo de transformação de todo o distrito. [Foto 2]

A primeira escola secundária em Leningrado foi aberta em 1927. Chamada de Escola do Décimo Aniversário da Revolução, foi planejada sob um

programa experimental, com novos métodos de aprendizado e treinamento pensados para estimular o envolvimento ativo e a independência dos educandos, reduzindo ao mesmo tempo o número necessário de professores. A escola, que tinha cerca de 1.000 alunos, possuía vários tipos de salas de aula, laboratório e até mesmo um observatório astronômico. [Foto 3]

Essa nova visão arquitetônica herdava ideias funcionalistas acerca do significado dos lugares públicos. O primeiro grande projeto, levado a cabo pelo movimento dos sindicatos, foi o Centro Comunitário da área (1925-1927). Os centros comunitários proporcionavam espaços de socialização para a classe trabalhadora: teatros, salas de aula, academias e bibliotecas. Em 1930-1932, o Centro foi expandido para incluir uma escola profissionalizante, oferecendo aos jovens e trabalhadores oportunidades de aprimorar suas habilidades profissionais. [Foto 4]

O centro do complexo de Narvskaya Zastava era uma loja de departamentos e um conjunto de refeitórios (1929-1931). Essas novas instituições foram criadas para ofertar refeições prontas produzidas em massa (não confundir com os fast food do final do século XXI!) e alimentos pré-preparados. A composição dos edifícios demonstra a dinâmica da vida cotidiana: dimensões amplas, diferentes formatos, linhas verticais e horizontais interconectadas e seções assimétricas. O interior da gigantesca loja de departamentos envidraçada era visível da rua, em uma manifestação óbvia dos ideais de abertura radical, emancipação e solidar-



iedade, que eram centrais para a ideologia do início da era soviética. [Foto 5]

Esse complexo construtivista único foi completado com a construção do Soviete do distrito Kirov (1930-1935), que abrigava o conselho municipal do distrito. A ideia de governos locais poderosos e democráticos era central para o discurso soviético sobre a organização política no final dos anos 1920. Visível à distância, esse centro administrativo abrigava as autoridades distritais, instituições culturais, um banco, correios e um auditório. O projeto empregou todas as inovações técnicas e funcionais da época. Ao mesmo tempo, no entanto, o prédio do Soviete do distrito Kirov também pode ser considerado um sinal da decadência da vanguarda soviética: seu pórtico quase clássico, bem como outros detalhes, eram sintomas de uma mudança em direção a uma arquitetura

imperial modernizada, representando a nova ideologia totalitária. [Foto 6]

Alguns anos mais tarde, foi construída uma grande praça na frente do edifício, com o objetivo de sediar eventos massivos e comícios. Em 1938, foi colocada lá uma estátua do grande líder soviético Sergei Kirov. [Foto 7]

Um grande monumento em honra a Kirov (cujo assassinato, em 1934, serviu como pretexto para a escalada de repressão de Stalin que culminou com o Grande Expurgo), indicava o fim da primeira era da arquitetura e da sociedade soviéticas. A era seguinte exigiria outras formas arquitetônicas, promovendo outros tipos de socialidade: massas ao invés de coletivos, mando totalitário ao invés de democracia popular e consumismo conformista em vez de solidariedade. Ilustrativamente, o auditório de 1.000 lugares

acabou sendo transformado em um cinema.

Hoje, quase um século depois, a área de Narvskaya Zastava ainda é um distrito industrial habitado sobretudo por trabalhadores. A escola secundária, o centro comunitário, os edifícios residenciais e o prédio do Soviete do distrito Kirov mantêm suas funções primordiais, ainda que seu significado como lugares de socialização e atividade coletiva tenha se perdido. A arquitetura construtivista ficou à sombra das estruturas do período anterior (imperial) e do posterior (stalinista e soviético tardio), e toda a área hoje se parece com um palimpsesto. [Foto 8] ■

Contato com Natalia Tregubova
<natalya.tr@mail.ru>

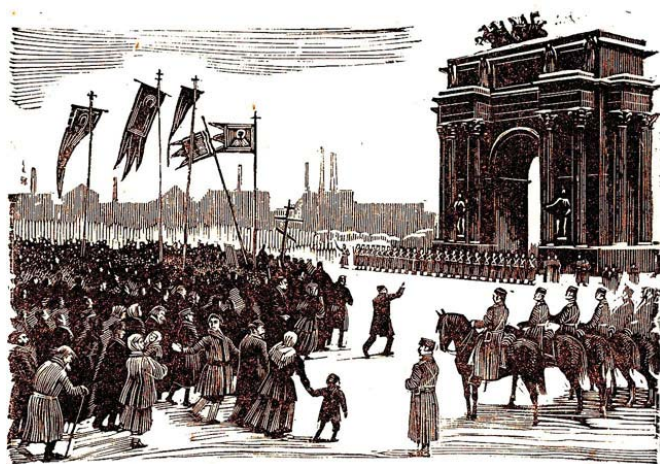


Foto 1: Manifestações dos trabalhadores no Portão de Narva antes do sangrento domingo, com a Guarda Armada czarista observando. 1905. Artista desconhecido.



Foto 2: Residências pela rua Tractornaya.



Foto 3: Antiga Escola Soviética com observatório.



Foto 4: Antigo Centro Comunitário Soviético.



Foto 5: Antiga "Fábrica de Jantar" soviética.



Foto 6: Distrito de Kirov.



Foto 7: Estátua do líder comunista Sergei Kirov.



Foto 8: Arquitetura Stalinista na Praça Narva.

Todas as fotos, exceto a nº1 foram tiradas por Natalia Tregubova e Valentin Starikov.

> Migração *Au pair* como um rito de passagem

Por Zuzana Sekeráková Búriková, Universidade Masaryk Brno, República Tcheca



Desde o início de 1990, fazer o *au pair* tornou-se uma rota de migração importante para as mulheres a partir de Eslováquia. Agências de recrutamento especiais encontram famílias de acolhimento e preparadores também são enviados de e para Londres. Aqui, *au pairs*, no Terminal Rodoviário Victoria em Londres, despedem-se de sua colega colega, que acaba de terminar a sua estadia. Foto por Zuzana Sekeráková Búriková.

O “*Au pair*” concilia trabalho doméstico remunerado feito por migrantes temporários, intercâmbio cultural definido por regulamentações nacionais e internacionais e ainda condições básicas de moradia. De acordo com a regulamentação britânica aprovada em 2004 e 2005, *au pairs* são jovens estrangeiras que vivem até dois anos com uma família para aprender inglês e um pouco sobre o país. As *au pairs* vivem supostamente “como parte da família”, recebendo alimentação, acomodação e “trocados” – não um salário –

em troca de cuidar das crianças e/ou da casa. Exige-se que as famílias tratem as *au pairs* como iguais. As Instruções da Diretoria de Imigração e as agências geralmente sugerem que sejam tratadas como familiares.

A partir do começo dos anos 1990, os programas de *au pair* se tornaram uma importante rota de migração para mulheres dos países pós-socialistas da Europa Central e do Leste, em especial da Eslováquia, que tem uma das maiores taxas per capita de migrantes *au pair*. Os meios de comunicação com frequência retratam o *au pair* como uma es-



estratégia econômica para lidar com as dificuldades da transformação pós-socialista. Na mídia eslovaca e nas discussões diárias, o *au pair* é vinculado aos problemas econômicos e ao alto desemprego entre os jovens, mas também ao alto valor simbólico de falar um idioma estrangeiro e viajar para o exterior.

Todavia, as 50 entrevistas realizadas com *au pairs* ao longo de um ano de observação participante em Londres, em 2004 e 2005, revelaram que suas motivações não podiam ser reduzidas apenas a uma estratégia econômica. Em geral, o desejo de trabalhar, ganhar algum dinheiro e estudar inglês misturava-se com assuntos muito mais pessoais: as decisões sobre migrar eram tomadas sob influência dos relacionamentos com os pais, parceiros e amigos. Se uma pessoa disse ter escolhido o *au pair* para evitar o trabalho chato e mal remunerado na fábrica, outra explicou ter ido embora porque acabara de romper duramente um relacionamento e não poderia continuar na mesma vila que seu antigo amado. A vantagem econômica aparente de um *au pair* (ou, então, a perspectiva de que fosse vantajoso no futuro) frequentemente camuflava motivos mais complexos e menos óbvios. Em geral, era muito mais conveniente afirmar o desejo de aprender um idioma do que dizer que buscava o *au pair* para escapar de um romance fracassado ou de horizontes limitados de vida na casa dos pais.

Antes de migrar, a maioria das *au pairs* eslovas viviam na casa dos pais. O *au pair* oferecia um modo perfeitamente legítimo de ganhar independência e era visto pelas próprias *au pairs*, muitas vezes, como uma etapa entre sair da casa dos pais e se estabelecer (com sorte, começando suas próprias famílias). Elas viam seu período no exterior como uma oportunidade de viver aventuras, experimentação e lazer. *Au pairs* não mandavam dinheiro para casa, e não se esperava que o fizessem. Seus rendimentos – isto é, seus “trocados” – eram gastos como “trocados” costumam ser gastos: com diversão, roupas, festas e presentes. Muitas também diziam que uma parte de seus ganhos, ainda que não a maioria, eram poupados ou gastos em cursos de idiomas. Era também muito comum ouvir das entrevistadas que, no futuro, teriam que ter cautela e economizar, ou então sacrificar seu tempo e dinheiro pelos filhos. Mas que, por ora, era importante se divertir, descobrir os relacionamentos e experimentar aquilo que as *au pairs* viam como uma cultura mais avançada de consumo.

Muitas *au pairs* descreviam essas experiências como parte de um projeto maior: morar no exterior, tornar-se independente dos pais e depender apenas de si mesmas eram lições de amadurecimento e desenvolvimento pessoal. Elas

frequentemente comparavam seu trabalho com o serviço militar, que na época da pesquisa ainda era obrigatório na República Tcheca. Para muitas mulheres, fazer *au pair* era percebido como uma espécie de *rito de passagem*, que as iniciava na vida adulta e independente.

Essa auto-compreensão tinha consequências sérias para as *au pairs*, já que fazia muitas delas suportarem situações vistas, em alguma medida, como opressivas. As relações igualitárias entre famílias e *au pairs*, recomendadas pela legislação pertinente, dificilmente são possíveis sob condições de assimetria de poder. De fato, 82 das 86 famílias para quem as informantes trabalhavam não cumpriam na totalidade as regras. As famílias geralmente exigiam que as *au pairs* trabalhassem mais horas do que deveriam, não pagavam por horas extras ou ainda ignoravam o direito das *au pairs* de disporem de tempo livre e aprenderem o idioma. Algumas delas eram compelidas a dormir no mesmo quarto ou, ainda, na mesma cama em que as crianças de que cuidavam.

O status migratório das *au pairs*, o fato de que vivem no “local de trabalho” e a não-fluência no idioma – combinados com uma posição ambígua nos lares, em que elas são ao mesmo tempo trabalhadoras e não trabalhadoras, visitas e parte da família – as coloca em desvantagem para negociar as condições de vida e de trabalho. Para a maioria das *au pairs*, deixar uma família exploradora ou desagradável significaria encarar três difíceis alternativas: encontrar uma nova família, encontrar outro emprego no Reino Unido ou retornar à Eslováquia.

Quase sempre as *au pairs* decidiam ficar, ainda que se sentissem maltratadas ou que fossem exploradas. Enquanto muitas delas mencionavam razões mais pragmáticas – como não ter dinheiro para viajar de volta para casa ou não ter boas perspectivas de formação e emprego após largar abruptamente o trabalho como *au pair* – outras sentiam a necessidade de provar que podiam superar situações difíceis. Afirmavam, assim, que suportar uma situação de exploração era uma prova de que eram adultas, e que não precisavam correr de volta para os pais assim que as coisas ficassem difíceis. Paradoxalmente, a desigualdade estrutural combinada com o compromisso com amadurecer reduzia a inclinação a resistir à exploração: o esforço das *au pairs* para demonstrar maturidade pessoal pode, na verdade, contribuir para o seu desempoderamento. ■

Contato com Zuzana Sekeráková Búriková
<burikova@fss.muni.cz>

> Educação domiciliar: liberdade e controle na educação tcheca

Por Irena Kašparová, Universidade Masaryk Brno, República Tcheca



Aula de anamotima em casa! Foto por Irena Kašparová.

Nas duas últimas décadas, o desempenho escolar dos alunos tchecos caiu fortemente, de acordo com vários índices internacionais (PISA, por exemplo) – fato que provocou um debate nacional sobre a educação, seu papel, sentido e métodos. Insatisfeitos não apenas com os índices comparativos, mas também com problemas mais amplos como a falta de individualidade nas abordagens educacionais e a falta de liberdade em um sistema compulsório de educação, os pais se dizem descontentes também com todo um estilo de vida predominante, em que trabalho e escolarização os separam de seus filhos desde uma idade muito precoce.

Após a era comunista – décadas de supressão do individualismo – alguns tchecos passaram a defender que somente os indivíduos devem ser responsáveis por si mesmos e por suas famílias. Os governos pós-comunistas abriram novas possibilidades nesse sentido em diversas áreas da vida social, incluindo a educação. Como resultado, a educação domiciliar foi introduzida como uma das várias alternativas educacionais.

Na prática, a educação domiciliar na República Tcheca é bastante variada, indo desde a desescolarização [*unschooling*] – uma filosofia em que o aprendizado é guiado pela própria criança – até a tentativa de perseguir estritamente o currículo escolar, mas em casa. Ainda que haja evidências

do aumento da demanda dos pais por essa possibilidade educacional nos últimos dez anos, ela permanece uma prática minoritária, envolvendo menos de um por cento das crianças em idade escolar.

Durante a era comunista (1947-1989), os estudantes não tinham alternativa senão passar pelos nove anos de escolarização compulsória nas escolas estatais. Assim, quase todos os pais tchecos (de 30 anos ou mais) foram, eles mesmos, educados na ideologia comunista, que enfatizava igualdade, similaridade, conformidade e uniformidade.

Desse modo, para muitos pais a educação domiciliar é um fenômeno novo e parece ser uma ideia realmente revolucionária. Em consequência do lobby de alguns pais bem instruídos e que viveram no exterior, a educação domiciliar foi estabelecida como um direito dos pais e das crianças em 2005.

Sob a nova lei, os pais têm o direito de educar seus filhos em casa, mas apenas durante o equivalente ao ensino primário (de primeira a quinta série). As condições legais incluem a presença de um pai-professor/mãe-professora com ao menos diploma de ensino médio e uma carta de endosso do Escritório de Acompanhamento Pedagógico-Psicológico estatal. Os pais-professores precisam explicar por que desejam ensinar os filhos em casa e ainda mostrar disporem de espaço de aprendizado satisfatório (móveis e ambiente adequados e espaço na residência). A criança precisa se submeter a provas oficiais ao menos duas vezes por ano.

A lei oferece liberdade de educação, mas ao mesmo tempo mostra o desejo do Estado de controlar essa liberdade o máximo possível, exigindo dos pais que demonstrem possuir capital cultural e financeiro. Tanto os pais como a criança precisam passar por testes aplicados pelo Escritório de Acompanhamento Pedagógico-Psicológico, que funciona como porteiro e poder sancionador do Estado. Alguns pais afirmam que precisaram percorrer vários órgãos estatais para conseguir os certificados necessários.

Por que o Estado tcheco dá aos Escritórios de Acompanhamento – cuja função principal é prevenir a exclusão da educação *mainstream* – o poder de arbitrar a educação domiciliar? Muitos funcionários de tendência conservadora não apoiam a ideia da educação domiciliar e rejeitam os



candidatos por causa de atributos individuais, ao mesmo tempo em que negligenciam fatores sistêmicos, em particular o acesso a recursos econômicos. À diferença das escolas, que recebem uma quantidade fixa de verbas por cada criança matriculada (incluindo crianças educadas em casa, as quais elas examinam duas vezes ao ano), os pais que optam pela educação domiciliar não recebem apoio financeiro do Estado para comprar livros, móveis, materiais de ensino ou alimentação subsidiada. A educação domiciliar, geralmente dependente de um ou ambos os pais trabalharem meio período (ou um deles não trabalhar), é uma possibilidade apenas para aqueles que podem bancar.

O conceito de privação da educação é um assunto política e culturalmente sensível no contexto tcheco. No passado, a educação domiciliar foi retratada como exclusivista por duas razões bem distintas. De um lado, havia a experiência da nobreza e da oligarquia do país, que podia pagar por tutores privados – um tipo de exclusividade retratado, após a revolução, como privilégio dos ricos. Essa classe social foi dispersada depois que os comunistas assumiram o poder em 1947. O novo regime estabeleceu que não haveria lugar para a educação domiciliar sob o comunismo, já que educação gratuita e de qualidade seria proporcionada a todos.

Por outro lado, desde a instauração do comunismo, exclusivismo e educação domiciliar passaram a ter significados diferentes. Dado que a escolarização após a revolução enfatizava a uniformidade e a universalidade, não havia espaço para a diferença. Crianças com habilidades físicas ou mentais que “não se conformavam” dificilmente encontra-

vam um lugar na educação regular. Escolas especiais foram estabelecidas para aqueles rotulados como “diferentes” – incluindo grupos étnicos inteiros, como os ciganos. Se a escola especial não se mostrasse adequada, a criança deveria ser educada em casa. Aqueles sujeitos à educação domiciliar sob o comunismo eram objeto de pena, incapazes de inclusão em uma sociedade sadia.

Atualmente, o Ministério da Educação mantém afastada qualquer possibilidade de legalizar a educação domiciliar após as séries elementares. Esse posicionamento ilustra a ambivalência que a educação domiciliar ainda provoca na sociedade tcheca. Embora a descentralização e a liberalização do país tenham estabelecido bases legais e sociais para educação domiciliar se tornar uma alternativa viável, suas condições limitantes determinam que, na prática, ela seja uma possibilidade altamente seletiva. A lei oferece algum espaço para alternativas, mas o fato de suas raízes estarem bem assentadas no Estado camufla sua seletividade. Quase do mesmo modo que na era comunista, a educação por fora do sistema regular ainda evoca uma perda de controle pelo Estado, o que é tido como indesejável. Ficamos, então, com um paradoxo: o Estado cria a abertura para uma política de escolarização inclusiva, na forma da educação domiciliar, mas os mecanismos de controle que a regulamentam transformam-na em um nicho exclusivo. ■

Contato com Irena Kašparová
<irenakasparova@seznam.cz>

> Recordando os trabalhadores roma na República Tcheca

Por **Katerina Sidiropulu Janku**, Universidade Masaryk Brno, República Tcheca



A Exposição Roma, no Teatro Nacional Piazzeta, de Praga.
Foto por Michal Hečovský.

É 15 de maio de 2013 e estamos na ensolarada praça de Olomouc, uma cidade a meio caminho entre Brno e Ostrava, discutindo o projeto *Memória dos Trabalhadores Roma*. É o primeiro grande encontro de toda a equipe. Mais de dez pessoas – pesquisadores, trabalhadores sociais e professores – dispõem-se em círculo para discutir as primeiras tarefas no início de um longo dia. Não há modo melhor de se conhecer, de começar a construir uma confiança mútua, do que trabalhar em conjunto por um objetivo comum. Nossa meta é preparar uma exposição sobre os Roma eslovacos que vieram para a República tcheca em 1945, comemorando esses eventos e tentando proporcionar aos Roma um status mais digno na sociedade tcheca.

“Quando caminho pela cidade em que trabalho, sempre

pergunto às jovens que não conheço muito bem ‘Khatar sal?’ (De onde és?). Porque sei que todas vieram de algum lugar e que suas famílias têm raízes na Eslováquia, como a minha”, diz Božena Dudi Koťová, trabalhadora social e filha de um escritor, ativista e ex-operário Roma que veio para a República Tcheca atravessando a fronteira eslovaca-ucraniana em 1952. O arquiteto da exposição escuta com atenção, outros membros da equipe concordam com o título proposto e estou contente que o cinegrafista captou esse momento fundamental em vídeo.

“Como se soletra ‘Khatar sal?’” eu pergunto, porque falo Roma muito mal. Eu sei apenas algumas frases básicas – o suficiente para cumprimentar, oferecendo assim um gesto de respeito ou usando como estratégia de defesa quando necessário. O idioma Roma é muito complicado para mim; não consegui passar da quinta aula. Božena soletra a frase e



acrescenta, “Não deveríamos nomear a exibição *Khatar san*? Porque ainda é de costume usar termos formais quando nos dirigimos aos mais idosos.”

É 8 de setembro de 2014 e leio meu discurso de abertura diante da réplica em papelão de uma casa, sem pintura por fora, pintada nas cores das bandeiras tcheca e roma em seu interior. Cerca de 50 pessoas assistem. Uma delas é um policial à paisana especializado em extremismo, provavelmente mandado para cá porque avisamos à polícia local que faríamos uma exposição na praça Ostrava-Vítkovice, ao que se seguiu uma solicitação encabulada para acompanhar a movimentação. Não sabíamos o que poderia acontecer. Ou se algo iria acontecer. Estavam preocupados com a exposição? Conosco? As autoridades do distrito central de Ostrava recusaram-nos a permissão que solicitamos para fazer a exposição na praça central e ignoraram nosso convite para debater sua decisão. “Grande novidade”, disse um dos visitantes em Ostrava-Vítkovice. “Eles se sentem responsáveis pela imagem do centro de Ostrava e não querem que se pareça com uma terra de ciganos.”

Um cronista de Vítkovice viu a situação de modo diferente. “Estou muito empolgado por termos essa expressão cultural aqui, sendo que lá em Ostrava eles não têm.”

Qual foi a maior surpresa? Nada de vandalismo durante as cinco semanas de exposição. Famílias ciganas foram vestidas com suas roupas típicas para escutar as histórias de seus parentes e vizinhos. Um morador de rua nos agradeceu pela experiência interessante ao entrar na exposição. Adolescentes vestidos na última moda contemporânea, equipados com as tecnologias mais avançadas, mas histéricos por poderem se aproximar e conversar numa boa conosco. Idosos tchecos relembando seus colegas de trabalho, vizinhos e amores roma dos anos 1960. A diretora de uma escola de ensino fundamental que tem muitos alunos roma, mas que não sabia que existe uma bandeira roma – e parecia arrasada com sua própria ignorância.

É 9 de fevereiro de 2015 e recebo um e-mail do Ministério da Cultura tcheco, que patrocinou o projeto *Memória dos Trabalhadores Roma*. Nós fizemos três exposições, conforme prometido, mas elas não duraram dois meses cada, como estabeleciam as condições do patrocínio. Na primavera de

2014 eu de fato pretendia cumprir com a condição dos dois meses, mas diante dos obstáculos e das pressões políticas e administrativas mais ou menos oficiosas, fui abrindo mão dessa condição e esqueci que se tratava de algo crucial para a concessão do patrocínio. Eu estava simplesmente assombrada pelas complicações administrativas do processo (incluindo ter que conseguir quinze permissões para fazer uma divulgação, com certeza um recorde mundial) e pelo estilo de comunicação confuso e às vezes pouco amigável das autoridades. Já temos dois grupos interessados em apoiar novas exposições. Um curador estrangeiro independente viu nossa exposição e mandou um bom parecer, junto com um pedido de explicação sobre o telefone retrô no qual se podia discar e ouvir distintos testemunhos dos roma.

Além do interesse em exposições futuras, também contribuimos para reflexões teóricas a respeito de relações interétnicas, educação e combate às desigualdades sociais, ou ainda sobre as possibilidades de diálogo cívico empoderador e sobre como lidar com as diferenças na era do “e eu com isso?” Estimamos que 2.500 pessoas viram o interior da exposição, e que milhares mais a viram de fora e pelas janelas. Sentimos que com certeza não foi em vão! Mas, de acordo com os critérios da fria ciência aplicada, falhamos e estamos de volta à estaca zero

Começamos a prepara outra turnê de exposições. Felizmente um apoiador documentou tudo em cima da hora, quando estávamos prestes a fechar. Ele quer expor as imagens nos pontos de ônibus de sua cidade, um centro industrial onde ainda há alguns roma que vieram da Eslováquia na época da migração pós-guerra. Os aluguéis no centro da cidade subiram muito depois de 1989 e a maioria dos roma se mudou para as áreas periféricas – um padrão muito comum na época pós-socialista nas cidades tchecas.

A ciência aplicada inovadora é o desafio profissional mais recompensador – e frustrante – que enfrentei nos últimos anos. ■

Contato com ateřina Sidiropulu Janků
<katerinasj@fss.muni.cz>

> A evolução do panorama da política de trabalho chinesa

Por **Lefeng Lin**, Universidade de Wisconsin, Madison, EUA



Ativistas de ONGs e trabalhadores celebrando uma sessão de negociação de sucesso em Guangzhou. Foto por Lefeng Lin.

Desde 2010, quando a China foi atingida por uma onda de greves nacionais, meios de comunicação e ativistas têm muitas vezes retratado trabalhadores chineses como inquietos, participando de inúmeros motins, greves e passeatas. Mas hoje, as ONGs de trabalho (organizações não governamentais) e jovens estudiosos do trabalho tendem a contar histórias semelhantes: especialmente no sul da China, onde a maioria dos fabricantes globais do país estão localizados, a resistência dos trabalhadores está se movendo da ação legal individual para a ação coletiva, de motins não planejados e da paralisações das atividades para ataques estratégicos e para a negociação. Por trás de tudo isso, as ONGs e ativistas trabalhistas desempenham um papel fundamental na mobilização e organização.

Ao mesmo tempo, os estudiosos e ativistas criticam há muito tempo o sistema sindical chinês como burocrático e não representativo. Muitos observadores sugerem que talvez a única coisa tangível que os sindicatos façam para os trabalhadores e promoção de lobby por novas leis trabalhistas: líderes sindicais muitas vezes ocupam cargos de liderança nos comitês do Partido Comunista e no Congresso dos Povos, tanto a nível nacional quanto local, para que eles tenham um papel visível na elaboração das leis. Geralmente, o sistema de união funciona como um órgão burocrático do partido: os dirigentes sindicais são nomeados pelo partido, e podem ter pouco contato com os trabalhadores ou o conhecimento das relações de trabalho. Além disso, muitos funcionários se preocupam mais com quantos membros da união eles representam – e quantas taxas recolhem seus sindicatos – que eles fazem sobre direitos trabalhistas. Em greves, os observadores muitas vezes veem os dirigentes sindicais co-

operando com autoridades governamentais ou empregadores, tentando convencer os trabalhadores a voltar para seus empregos. No chão da fábrica, os sindicatos muitas vezes parecem mais interessados em controlar os trabalhadores do que em resolver as suas queixas.

Quando comecei meu trabalho de campo em Shenzhen, eu assumi que as ONGs trabalhistas e os ativistas – e não os sindicatos oficiais – tinham a chave para o futuro do trabalho, e se eu tinha limitado as minhas observações a ONGs, fábricas e comunidades, provavelmente eu seria porque eu acreditaria que as ONGs eram centrais para lutas trabalhistas. No entanto, uma vez que ganhei acesso a cargos sindicais locais, comecei a ver que os sindicatos, bem como ONG estão se adaptando ao sistema de rápida mudança da China de relações de trabalho, e que a política de trabalho chinesa está a ser remodelada por ambos: os sindicatos e ONGs.



O envolvimento de ONGs de trabalho na organização e mobilização dos trabalhadores é um desenvolvimento relativamente recente. Na última década, as ONGs de trabalho têm proporcionado principalmente serviços aos trabalhadores das áreas rurais, que têm pouco acesso aos recursos sociais disponíveis para os residentes urbanos registrados da China. As ONGs oferecem assistência jurídica aos trabalhadores que sabem pouco direito do trabalho e não têm dinheiro para encontrar um advogado, e proporcionar entretenimento simples, como sessões de cinema, ou outros serviços comunitários como programas pós-escola.

Desde 2010, no entanto, muitos trabalhadores começaram a participar em ações de trabalho. Em resposta, algumas ONGs de trabalho agora formam o seu pessoal para ajudar com a organização sindical e negociação coletiva. Mas as ONGs trabalhistas enfrentam desafios reais: suas agendas são muitas vezes constrangidas pelos financiadores internacionais que enfrentam a repressão política do Estado chinês. Muitas ONGs trabalhistas são muito pequenas, e tem recursos limitados para organizar o trabalho. Além disso, as ONGs de trabalho são muitas vezes relativamente isoladas umas das outras, devido a divergências entre os financiadores ou diferenças ideológicas. Algumas ONGs também têm interesses organizacionais estreitos: se uma ONG se envolve em uma greve, pode empurrar outras ONGs de distância. Estas questões organizacionais muitas vezes complicam aquilo que observadores externos às vezes supõem ser uma estratégia coesa da “sociedade civil”.

Sabendo que as ONGs de trabalho competem o apoio dos trabalhadores, os sindicatos da China começaram a se mudar para áreas muito tempo associadas às ONGs. Cada vez mais, os sindicatos oferecem aos seus membros assistência jurídica, assistência psicológica, de alívio da pobreza, bolsas continuadas de estudo para o ensino superior, treinamento de habilidades, descontos de taxas para obter certificados profissionais, formação

para a construção de sindicatos e negociação coletiva. Com mais recursos e acesso, os sindicatos muitas vezes podem realizar muito mais do que as pequenas ONGs. Alguns sindicatos estão prestando mais atenção à mobilização de trabalhadores no chão de fábrica, mesmo indo longe o suficiente a ponto de realizar eleições democráticas, prometendo tornar-se responsável perante os membros e representar seus interesses.

No entanto, os programas benéficos dos sindicatos e sua política de reforma ainda não chegaram aos níveis mais baixos para a maioria dos ramos de fábrica. Sindicatos da China tem sete níveis administrativos: central, provincial, municipal, distrital, de rua, da comunidade, e fábrica. Somente sindicalistas de nível fábrica estão empregados; em todos os outros níveis, quadros sindicais são funcionários recrutados pelo partido. Embora os sindicatos têm uma estrutura administrativa vertical, sindicatos de nível superior não podem comandar o nível mais baixo, porque os dirigentes sindicais em cada nível são nomeados pelo comitê do partido correspondente, em vez de pelo sindicato de nível superior – uma estrutura política comum na China, por vezes descrita como a segmentação de “*trap-and-block*”.

O problema é especialmente evidente quando ambos os sindicatos e ONGs de trabalho intervêm em greves dos trabalhadores. Em junho passado, os trabalhadores entraram em greve depois de uma empresa de sapataria reestruturada em *Long District* na Província de Guangdong não conseguir chegar a um acordo com seus trabalhadores sobre os salários e benefícios. Uma ONG independente ajudou a organizar os trabalhadores, treinando-os sobre como lidar com o empregador e a polícia. Em resposta, o sindicato municipal deu um passo incomum: ele enviou funcionários para a região, pedindo o sindicato do distrito para apoiar os trabalhadores em greve.

Contudo, nem o sindicato nem o distrito de agências do governo acatou a sugestão do sindicato municipal. Em

vez disso, a conselho do líder do partido do distrito, permitiram que o empregador despedissem os grevistas e a polícia prendessem representantes dos trabalhadores, na esperança de reprimir a greve - o que eles fizeram, embora a um custo. Quando um trabalhador demitido cometeu suicídio saltando do edifício da fábrica, a exposição na mídia subseqüentes colocou uma pressão significativa sobre o governo da cidade o comitê do partido. O sindicato municipal furiosamente criticou o sindicato do distrito e funcionários do governo, mas o assunto terminou por aí: o sindicato municipal não tem mecanismos para responsabilizar o sindicato distrital.

Em resposta à ação colectiva dos trabalhadores, tanto ONGs trabalhistas e sindicatos estão a transformar-se. Durante o ano passado, as ONGs de trabalho construíram uma rede de trabalho e integraram seus recursos. Seus esforços para organizar protestos trabalhistas estão cada vez mais coordenados. Em uma mudança particularmente intrigante, o sindicato municipal Shenzhen no ano passado criou uma zona experimental, quebrando sua estrutura organizacional de idade e recrutamento de organizadores profissionais, buscando novas maneiras de organizar os trabalhadores, traçando um caminho entre a convulsão social e burocratização conservadora.

Com a interação entre os sindicatos, Estado, empresários, ONGs trabalhistas e trabalhadores, poderia uma nova forma de sindicalismo industrial emergir na China - que é diferente do que a encontrada em outras economias industrializadas tardias? Em um momento em que ativistas sindicais globais tendem a ignorar o papel potencial do Estado nas relações trabalhistas, a China pode ainda oferecer um exemplo em que o Estado e a sociedade continuam a desempenhar um papel central na melhoria da vida dos cidadãos no trabalho. ■

Contato com Lefeng Lin
<llin@ssc.wisc.edu>

> Forjando um programa de ciências sociais em escala mundial

Por **Ercüment Çelik**, Universidade de Freiburg, na Alemanha, e membro do Comitê de Pesquisa da ISA em Movimentos Trabalhistas (RC44) e Comitê de Pesquisa em Movimentos Sociais, Ação Coletiva e Mudança Social (RC48)



Os membros do Programa de Estudos Globais da Universidade Jawaharlal Nehru, em Nova Déli. Foto por Ercüment Çelik.

Durante as últimas duas décadas, criar uma ciência social não-hegemônica em escala mundial tem sido uma grande preocupação para os cientistas sociais, tanto no Sul como no Norte. As críticas do eurocentrismo e o crescimento da teoria social do Sul Global geraram um debate entusiasmado sobre as necessidades e as oportunidades de aprendizagem a partir da periferia / Sul e através da aprendizagem mútua à escala mundial, bem como um diálogo entre compromissos profissionais e públicos de cientistas sociais.

O que 13 anos de experiência do Programa de Estudos

Globais (GSP) pode iluminar sobre esses debates? O PEG é um programa de mestrado de dois anos em ciências sociais, realizado conjuntamente pela Universidade de Freiburg, Alemanha; da Universidade de KwaZulu-Natal e mais tarde a Universidade de Cidade do Cabo, África do Sul; FLACSO, Argentina; Universidade Jawaharlal Nehru, Índia; e da Universidade de Chulalongkorn, Tailândia. Seu currículo inclui sociologia, ciência política, antropologia, estudos do trabalho, relações internacionais, e geografia. Desde 2002, mais de 300 estudantes de 60 países aderiram ao PEG, cada um deles estudando em três das instituições participantes.



Através deste programa internacional, interdisciplinar e intercultural, os estudantes experimentam diferentes tradições universitárias, ensino e processos de aprendizagem. Eles descobrem as sociedades em que estão vivendo durante o programa, e também redescobrem as suas próprias sociedades. O produto final é um mestrado exclusivo de alta qualidade, e os indivíduos ganham experiências de vida incomparáveis- incluindo, sobretudo, um conjunto de valores que formam a base de uma ciência social global. A experiência PEG permite aos alunos compreender o que é “cosmopolitismo” real: o ambiente intercultural oferece-lhes a oportunidade de viver em lugares e condições diferentes daqueles que conhecem melhor. Através destes encontros, os alunos desenvolvem novas habilidades para compreender, a tolerar e reconhecer “os outros”. Inadvertidamente, o PEG tornou-se uma plataforma na qual os participantes desenvolvem e consolidam, o que Ari Sitas chama de “ética da reconciliação”, idéias de voluntarismo e cooperação, reciprocidade e respeito.

A prática da ciência social em escala mundial requer competência intercultural, não só por parte dos alunos, mas também dos professores e administradores, que se espera venham a ser sensíveis às necessidades de alunos de diferentes países, instituições, culturas de trabalho, etc. A disponibilidade para ajudar esses estudantes é um dos aspectos do desenvolvimento de uma ciência social em escala mundial, o que encoraja os participantes a ver os alunos não como um fardo, mas como um potencial. O corpo docente PEG envolve um importante “público global”: articulado, confiante, social e intercultural engajados de cidadãos “globais”, que carregam o potencial para moldar nossas sociedades globalmente conectadas.

A aprendizagem mútua não-hegemônica deve ser um aspecto central de qualquer programa deste tipo. Pode-se imaginar que PEG – com universidades parceiras em quatro continentes, cada um com suas tradições particulares e sistemas de conhecimento da Europa e do Hemisfério Sul – é um quadro perfeito para reconhecer e aplicar um sistema global conectado de conhecimento. Raewyn Connell observa que os programas de pós-graduação na metrópole são constrangidos pelas normas profissionais da ciência metropolitana, é um desafio para eles para avançar para um currículo global inclusivo. O PEG na Universidade de Freiburg enfrentou precisamente esse desafio na última década. No entanto, apesar de todas as limitações curriculares e institucionais, membros do corpo docente pavimentou o caminho para criar leitores mais inclusivos através de novos cursos e palestras como “A Modernidade Debate e Desafios para o Eurocentrismo”, “Sociólogos como intelectuais públicos: Uma Perspectiva do Hemisfério Sul”, “Metáfora, alegoria e parábola em Sociologia global. “Os estudantes responderam positivamente. Ensaios críticos, especialmente por es-

tudantes da América do Norte e na Alemanha, demonstrou como seus estudos de graduação tinham sido dominada pelo conhecimento Euro-América-centrico, e quão pouco eles estavam cientes disso.

A dinâmica da construção do diálogo entre o trabalho acadêmico e profissional engajamento público PEG é uma contribuição para o que hoje chamamos de “sociologia pública.” Quando nós revisitamos a história do PEG, vamos descobrir que durante os seus estudos em universidades parceiras em diferentes países, os alunos foram incentivados a fazer trabalho de campo, frequentemente ligados a problemas do coração dessas sociedades. Estágios obrigatórios os capacitaram a participar do trabalho real e da vida de movimentos sociais, ONGs, organizações comunitárias, sindicatos, bem como instituições acadêmicas e governamentais, etc. Nos termos de Michael Burawoy, “eles mantêm a sua conexão com a sociedade civil.” O os alunos se tornam PEGians “orgânicos” ou não são sociólogos. Na maioria dos casos, esses compromissos “públicos” desenvolvem-se em trabalhos acadêmicos e análises científicas em suas teses de mestrado. O PEG oferece uma plataforma para conectar pública, política, sociologia crítica e profissional, e, em particular, gerando um diálogo entre a sociologia profissional e pública.

Uma das restrições mais graves do PEG é a agenda do mercado que molda sistemas universitários em todo o mundo. Uma questão crucial é a crescente condições precárias de trabalho para o pessoal acadêmico, o que afeta negativamente a estabilidade do programa. Especialmente na Alemanha, professores e administradores de nível médio não têm segurança no emprego, e mais terá que deixar o programa, em algum momento, independentemente do seu compromisso com a visão do PEG.

Outra preocupação é as relações de poder desiguais entre as universidades parceiras. Consciente ou inconscientemente, a Universidade de Freiburg é muitas vezes percebida como tendo um papel dominante na parceria; no futuro podemos esperar universidades parceiras insistindo em um papel igual na definição do programa. Na verdade, uma estrutura igualitária é crucial para o sucesso do PEG e os programas similares.

Apesar de todos os desafios, no entanto, a experiência PEG fornece um valioso contributo para o desenvolvimento de uma ciência social em escala mundial, incentivando a aprendizagem a partir da periferia, praticando a compreensão mútua e a abertura de uma plataforma acadêmica onde a imaginação sociológica pode ser combinada com imaginação política. ■

Contato com Ercüment Çelik <ercumentcelik@gmail.com>

> Profissões em uma perspectiva internacional: abrindo a caixa¹

Por **Ellen Kuhlmann**, Karolinska Institutet, Suécia; **Tuba Agartan**, Providence College, EUA; **Debby Bonnin**, Universidade de Pretória, África do Sul; **Javier Pablo Hermo**, Universidade de Buenos Aires, Argentina; **Elena Iarskaia-Smirnova**, Escola Superior de Economia, Moscou, Rússia; **Monika Lengauer**, Universidade Técnica de Dortmund, Alemanha; **Shaun Ruggunan**, Universidade de KwaZulu-Natal, África do Sul; e **Virendra P. Singh**, Universidade de Allahabad, na Índia; todos os autores são membros do Comitê de Investigação ISA sobre as profissões (RC52).

A globalização tem fundamentalmente expandido o escopo e a prática das profissões, especialmente nas economias emergentes. O rápido desenvolvimento dos mercados nos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e em alguns outros países de renda média têm criado novas demandas de conhecimentos e de serviços profissionais em ambos os setores público e privado – ainda que a virada neoliberal no mundo ocidental tenha questionado os princípios do estado de bem-estar, e a política de austeridade têm refreado mais financiamento público para os serviços profissionais.

Esses desenvolvimentos oferecem oportunidades únicas para a investigação em “tempo real” das profissões em mudança nos diferentes contextos sociais. Ao mesmo tempo, encarando as profissões através de uma lente global exige reflexão crítica sobre os conceitos de profissões e profissionalismo – conceitos construídos sobre as condições políticas e econômicas de países ocidentais de bem-estar do século XX.

Embora o Estado tem sido central para as discussões sobre profissões, sociólogos raramente refletem sobre os contextos geopolíticos e culturais de conceitos específicos do “estado” ou “cidadania”. Uma pesquisa recente dedica maior atenção à globalização e governança transnacional, reforçando a comparação internacional, mas muitas discussões de profissões continuam a olhar principalmente em países ocidentais, dando pouca atenção para o Hemisfério Sul ou países do Leste.

Procuramos transformar as abordagens existentes de cabeça para baixo, com base em pesquisas realizadas por diferentes autores na África do Sul, Índia, Argentina, Rússia, Turquia e os países árabes. Na falta de uma “unidade de referência” comum além dos conceitos de “profissões de Estado de Bem-estar”, no entanto, oferecemos os exemplos abaixo como “fotografias” do desenvolvimento profissional, usando a relação entre Estados e profissões como um tema unificador.

Nos países árabes, “profissionalismo” é muitas vezes de-

scrito como um conceito universal e objetivo. Profissionais árabes (por exemplo, professores universitários) discutem valores profissionais em termos que são incrivelmente similares às abordagens funcionalistas de 1960 e 1970, que incidiu sobre características como integridade, confidencialidade e confiabilidade, bem como a responsabilidade social, objetividade e trabalho baseado no conhecimento. Ao mesmo tempo, os traços que foram chave para o funcionalismo ocidental, como a organização de associações profissionais e as metas de controle e monopólio, estão em falta – demonstrando que as abordagens universais para o profissionalismo podem ser estrategicamente mobilizadas para construir um campo profissional, mas as profissões ainda carecem de uma base firme em evidências científicas ou possuir mecanismos maduros de controle público e de apoio estatal.

Tanto na Turquia e na Rússia, Estados centralizados têm restringido o alcance dos grupos profissionais, bem como a ideia de profissionalismo. Assim, mudanças de política em ambos os países reformularam as relações do Estado-profissões, embora de maneiras diferentes. Como um país de renda média, a lógica do mercado emergente da Turquia com o aumento do consumismo, aumentou a demanda por serviços do setor público. Ao mesmo tempo, as políticas decorrentes da nova gestão pública têm tentado controlar as profissões. No setor da saúde, por exemplo, a combinação de diferentes estratégias é óbvia. Novas políticas de gestão têm aumentado os controles dos médicos, mas também criou novos laços entre a profissão médica e o Estado: o governo introduziu novas posições de gestão para médicos, enquanto a profissão médica se integra cada vez mais a gestão em educação médica.

Na Rússia, durante a década de 1990, houve grandes transformações nas profissões. Por exemplo, uma nova profissão de trabalho social surgiu, combinando sistemas de valores novos e antigos para criar um campo profissional com os seus sistemas de formação. Embora as políticas de baixos salários do governo e culturas de gênero do trabalho



“ muitas discussões de profissões continuam a olhar principalmente em países ocidentais, dando pouca atenção para o Hemisfério Sul ou países do Leste ”

social constrangeram o desenvolvimento profissional, novas políticas sociais orientadas para o mercado promoveu a profissionalização: assistentes sociais eram necessários para fornecer acesso e validar reivindicações de direitos sociais. Consequentemente, o trabalho social é cada vez mais integrado ao setor público, ao mesmo tempo que se beneficia da expansão do mercado. Ao mesmo tempo, os assistentes sociais não têm o poder de definir a sua identidade ou a sua posição nos novos arranjos políticos mercantilizadas – acordos que também podem transformar seus relacionamentos com os clientes.

Índia e África do Sul estão experimentando tanto o crescimento económico eo poder global emergente e dois países também estabeleceram mecanismos de governação mais plurais. O desenvolvimento profissional é moldada por tanto globalização e história colonial, e em ambos os países, o modelo anglo-saxão do Estado de Bem-estar liberal levou a profissões com forte auto-governação, incluindo o controle sobre o acesso à profissão.

Na Índia, a profissão de advogado está no centro de fortes forças da globalização, bem como a regulamentação nacional que restringe a concorrência de mercado entre os escritórios de advocacia e restringe o acesso de advogados estrangeiros. Ambos indianos e estrangeiros escritórios de advocacia têm desenvolvido estratégias de expansão do mercado através de novas formas de investigações corporativas. A Índia está se tornando um importante destino para a terceirização de processos legais, uma estratégia que já está familiarizado no TI e nos setores de publicação. Tais transformações criaram um pequeno segmento profissional elitista, ao minar o estatuto dos profissionais jurídicos que não podem competir em um mercado globalizado. Neste setor elitista, intervenções estatais tiveram poder limitado para reorganizar as profissões devido à influência da política corporativos globais.

O rápido crescimento econômico da África do Sul coincidiu com profissionalismo público e integração ao setor público. Política pós-*apartheid* incluem forte demanda para um desenvolvimento profissional mais inclusivo. Mesmo assim as profissões permanecer estruturado por padrões de gênero

e raciais ou étnicos de desigualdade. Aqui, os profissionais têm sido capazes de mobilizar fortes capacidades de auto-governo, separadas do Estado, preservar monopólios profissionais, controlando o acesso aos campos profissionais. Re-estratificação, mercantilização e de gestão de mudanças têm entrincheirados desigualdades de gênero e raciais, apesar da ausência de (formal) apoio jurídico e estado e apesar de novos requisitos legais concebidos para promover a inclusão. Recentes esforços do Estado para regulamentar as profissões - parte da agenda de transformação do estado - pode contestar longos monopólios ocupacionais, abrindo portas para os grupos sociais anteriormente excluídos.

Finalmente, a economia em crescimento da Argentina também ofereceu serviços sociais ampliados, com governança cada vez mais plural. Aqui, historicamente fortes ligações com a Europa (especialmente os países latinos) moldaram o profissionalismo do setor público - incluindo, novas opções transnacionais para a educação superior, especialmente em educação profissional e pós-graduação. Grupos profissionais têm respondido aos mercados transnacionais mediante a criação de ambas as novas oportunidades de carreira para os profissionais individuais e novos processos de produção de conhecimentos e habilidades de certificação. Este exemplo destaca como a globalização e transnacionalismo pode reforçar o papel das profissões como agentes de mudança e decisores das políticas públicas não só nacionalmente, mas também potencialmente internacionalmente.

Nossos estudos de caso envolvem uma série de campos profissionais, de ensino superior, direito e mídia para o trabalho social e da medicina. Embora cada história é única, e todos ainda estão se desenvolvendo, cada um vai contribuir para uma perspectiva global ainda em evolução sobre as profissões. ■

Contato com Ellen Kuhlmann <ellen.kuhlmann@ki.se>

¹ Esta é uma contribuição do Comitê de Investigação ISA sobre Profissões (RC52). Para obter detalhes sobre os casos de países e autores, ver http://www.isa-sociology.org/pdfs/rc52_professions_in_world_perspective.pdf.

> Obrigado, Nacho!

Por **Izabela Barlinska**, Secretaria Executiva da ISA, Madri, Espanha



José Ignacio Reguera, conhecido por todos da ISA como Nacho.

Em janeiro de 1987, um recipiente com arquivos da ISA viajou de Amsterdã a Madri e a Secretaria da ISA começou uma nova vida. Logo depois que nós desembalamos o material e os instalamos, começaram os preparativos para a ISA XII Congresso Mundial de Sociologia em Madri. Naqueles dias, a ISA tinha cerca de 2.000 membros (em comparação com 6.000 hoje), o programa do Congresso foi digitado em máquinas de escrever regularmente e fax era o mais recente meio de comunicação.

Foi então que José Ignacio Reguera, conhecido por todos nós como Nacho, se juntou à equipe da Secretaria e, desde então, ele tem trabalhado conosco – por quase 30 anos. Ele decidiu agora desfrutar de sua aposentadoria. Durante essas três décadas, Nacho desenvolveu nosso banco de dados de membros e quando a era da *internet* começou, ele se tornou o primeiro *webmaster* da ISA. Obrigado, Nacho, por todo seu trabalho dedicado ao avanço da ISA a partir de uma associação caseira à sua estrutura internacional moderna. ■